

# RELATÓRIO E CONTAS

2020

**INDAQUA**  
MATOSINHOS



# RELATÓRIO DE GESTÃO

Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de  
Água e Saneamento no Concelho de Matosinhos

<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
a. A Concessão	1
b. Atividades desenvolvidas em 2020	2
<b>II. ATIVIDADE</b>	<b>4</b>
a. Serviço de Abastecimento de Água	5
i. Consumos de Água faturados	6
ii. Balanço da Água	7
iii. Qualidade da Água	8
b. Serviço de Saneamento	9
i. Balanço do Saneamento	10
ii. Qualidade da água residual	10
c. Intervenções operacionais	11
d. Serviço ao cliente	12
e. Faturação e cobrança	14
f. Eficiência energética	15
g. Educação Ambiental	16
<b>III. INVESTIMENTO</b>	<b>17</b>
<b>IV. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>19</b>
<b>V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>21</b>
<b>VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS</b>	<b>23</b>
<b>VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>24</b>
<b>VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>24</b>
<b>IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>26</b>
<b>X. BALANÇO</b>	<b>27</b>
<b>XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>28</b>
<b>XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>29</b>
<b>XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>30</b>
<b>XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>31</b>
<b>XV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>67</b>
<b>XVI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>68</b>

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral:

Presidente da Mesa: [REDACTED]

Secretário da Mesa: [REDACTED]

### Conselho de Administração:

Presidente – [REDACTED]

Vogal – [REDACTED]

Vogal – [REDACTED]

Vogal – [REDACTED]

### Fiscal Único:

Deloitte & Associados, SROC S.A., [REDACTED]

Suplente: [REDACTED]

↓  
[Handwritten signature]

**INDAQUA MATOSINHOS – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.**

**CAE: 36002 – Distribuição de Água**

**SENHORES ACIONISTAS**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da INDAQUA Matosinhos – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



## I. INTRODUÇÃO

### a. A Concessão

O Município de Matosinhos tem 62km<sup>2</sup>, uma população de 175.478 habitantes (Censos 2011) e uma forte atividade económica, em que se destacam o Porto de Leixões (segundo maior porto artificial português), parte do aeroporto internacional do Porto, a Refinaria de Leça da Palmeira, ou a maior empresa portuguesa de bebidas. É delimitado a oeste pelo oceano Atlântico, contando com diversas praias distinguidas com Bandeira Azul, onde se desenvolve uma atividade económica importante para o Concelho.

A 17 de setembro de 2007 ocorreu a assinatura do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Matosinhos, entre a Edilidade e a INDAQUA Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.

Na sequência deste ato e de acordo com as regras estabelecidas no Caderno de Encargos e no próprio contrato, iniciou-se o Período de Transição, o qual vigorou até à data de início do Período de Funcionamento Normal que ocorreu a 1 de março de 2008.

A Concessão tem uma duração de vinte e cinco anos e tem como objeto:

- a. A Exploração e Gestão do Sistema de Abastecimento de Água para consumo público do Município de Matosinhos;
- b. A Exploração e Gestão do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais do Município de Matosinhos;
- c. A execução de todas as obras necessárias à concretização do Plano de Investimentos da Concessionária.

Em 12 de janeiro de 2018, foi pelas partes celebrado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão, especificamente para alteração da fórmula de atualização das tarifas variáveis de abastecimento de água, de forma a repercutir as variações dos custos da água em alta e por alteração dos critérios da sua fixação.

Já em 28 de fevereiro de 2020, foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão, que visou a integração no seu Objeto da exploração, em absoluto, da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Matosinhos, integrando esta agora os órgãos e demais equipamentos que suportam o sistema de tratamento secundário. Foram também, neste aditamento, introduzidos alguns dos ajustes necessários à adequação ao Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto.

Em 17 de setembro de 2020, na sequência de um Estudo desenvolvido pelo Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos, concordou a Concedente com a não execução dos investimentos contratualmente previstos e por executar, designadamente a construção do reservatório de Pedrouços e da respetiva Conduto Adutora, bem como as segunda e terceira fases de Ampliação do Reservatório de Custóias. Isto porque, do referido Estudo, se conclui que, face aos desvios registados no crescimento populacional em relação à previsão do Caso Base, tais investimentos de ampliação de reserva não se vislumbram como necessários. Esta decisão implicará um novo aditamento ao Contrato de Concessão, para revisão do seu Plano de Investimentos, que a concessionária pretende que incorpore, simultaneamente, as diferenças de evolução de populações e caudais, em termos históricos, face ao previsto no Caso Base.

Por fim, releva-se que, em 2020, são mantidas na Concessão as certificações de Qualidade, Ambiente e Segurança, bem como níveis de serviço em linha com as melhores práticas do Setor, com evidências de melhoria em diversos indicadores de desempenho.

#### **b. Atividades desenvolvidas em 2020**

O ano de 2020 foi, antes de mais, marcado pelo surgimento de uma pandemia mundial, ainda em curso, de COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na República Popular da China, tendo o primeiro caso sido reportado em 31 de dezembro de 2019. Alastrou-se ao continente Europeu no início de 2020 com um impacto inicial a ser sentido em Itália e em Espanha. Pouco depois, foram registados casos de contaminação na comunidade em todos os restantes países Europeus, sendo o primeiro registo em Portugal datado de 2 de março de 2020.

O grau de contágio e a elevada taxa de infetados a requererem cuidados intensivos originaram, desde março de 2020, medidas de restrição à atividade escolar e comercial e à própria circulação da população, impostas pelo Governo Português. O panorama verificado exigiu à INDAQUA Matosinhos a implementação de um rigoroso Plano de Contingência que pretendeu reduzir ou eliminar o risco de contágio na empresa, com a criação de salas de isolamento, recurso ao teletrabalho, reforço dos equipamentos de proteção individual, limitação de presenças nos balcões de atendimento, ou desfasamento de horários, bem como garantir a ininterruptibilidade do serviço, com a constituição de "equipas espelho" ou reforço de stocks de materiais.

No que respeita à sua atividade, a INDAQUA Matosinhos foi impedida de executar cortes de abastecimento de água e vistorias a habitações em longos períodos do ano. Foi ainda forçada a

encerrar vários dos seus postos de atendimento ao público e, por conseguinte, a reforçar as suas equipas de atendimento telefónico. Registou, por fim, alterações relevantes nos padrões de consumo de água, com a transferência de consumos de clientes não domésticos para clientes domésticos, bem como pela redução expressiva nos novos pedidos de contratualização de serviços.

Face às múltiplas necessidades verificadas durante o período no País e em particular no Concelho de Matosinhos, a INDAQUA apoiou o Município com ações de limpeza de espaços públicos e com a oferta de viseiras de proteção, bem como enquanto mecenas na ampliação da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de Pedro Hispano.

Assim, o principal desafio da Concessionária ao longo do ano foi o de garantir, em circunstâncias extraordinárias e extremamente adversas, a manutenção de serviços de qualidade no Concelho de Matosinhos, em estrito cumprimento dos normativos legais que regulam a sua atividade e com um forte compromisso com o ambiente e com a saúde pública.

Ao nível da eficiência operacional, foram desenvolvidas diversas ações com vista ao cumprimento de objetivos estratégicos como os de redução da água e água residual não faturadas, de otimização energética nas operações de elevação de águas residuais ou de aumento da eficiência do processo comercial, onde se destacaram a promoção da fatura eletrónica e da faturação bimestral.

Foram também realizadas intervenções de reabilitação de ativos horizontais e verticais com desempenhos inadequados, que visaram assegurar a preservação da qualidade de serviço que caracteriza a concessionária.

Por fim, mantiveram-se as ações de Educação Ambiental promovidas no Município de Matosinhos que, apesar os constrangimentos impostos pela pandemia de COVID-19, permitiram levar conhecimento específico sobre preservação de um recurso escasso, como a água, a 1.222 alunos de escolas do Concelho e a outras 1.010 pessoas, em 88 eventos.

Destacam-se, de seguida, as atividades desenvolvidas pela Concessionária durante o ano de 2020:

- Implementação de um rigoroso Plano de Contingência associado à pandemia de COVID-19.
- Desenvolvimento de modelos matemáticos de simulação hidráulica da rede de distribuição de água.
- Requalificação de ativos verticais, designadamente do reservatório de Lavra e das estações elevatórias de águas residuais de Angeiras e Intermédia.
- Redução da água não faturada, através do desenvolvimento de sistemas complementares de deteção de avarias e de apoio à definição de prioridades de intervenção, do aumento da setorização da rede de distribuição e da fiabilidade de medição, entre outros.

- Ensaios de fumo para deteção de ligações indevidas das redes de drenagem de águas pluviais.
- Combate a consumos não autorizados de água, recorrendo nomeadamente a técnicas de videoscopia em ramais domiciliários, para deteção de ligações ilícitas ao sistema público.
- Aumento da eficiência comercial, designadamente através da promoção da fatura bimestral, entre outros.
- Promoção de serviços online, como a fatura eletrónica.
- Promoção da saúde pública, com uma aproximação à Autoridade Concelhia de Saúde e um incremento das ações que visam a utilização, para consumo humano, da água da rede pública, em detrimento de origens particulares e não controladas.
- Fomento de uma cultura de respeito pelos recursos naturais, através da racionalização de consumos, da adequada gestão dos resíduos e da prevenção da poluição, nomeadamente com a identificação e eliminação de ligações indevidas entre sistemas de águas pluviais e de águas residuais.
- Potencialização do Sistema de Informação Geográfica no apoio às operações.
- Manutenção das ações de educação ambiental.

## II. ATIVIDADE

Os sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais de Matosinhos asseguraram, em 2020, acessibilidades físicas de 100,0% e de 99,9%, respetivamente. Com taxas de adesão às redes de 90,7% (abastecimento de água) e de 91,5% (águas residuais), foram desta forma disponibilizados serviços em 90.192 locais de consumo.

Constituindo uma das obrigações da Concessionária a análise de projetos de obras particulares, e com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço percebida pelos seus vários interlocutores, a INDAQUA Matosinhos focou-se na melhoria dos seus prazos de resposta, definindo 20 dias como prazo máximo para o efeito. Permitiu este foco assegurar que todos os projetos submetidos à análise da Concessionária fossem, em 2020, devidamente analisados e respondidos no prazo definido, no que constitui uma melhoria relevante em relação aos anos anteriores e que beneficia diretamente os clientes e o desenvolvimento da atividade económico no Município.

Na mesma linha, e no que respeita ao tempo de disponibilização de serviços, considerando a Concessionária que em 2019 o seu valor médio era ainda demasiado elevado, implementou um conjunto de medidas com o objetivo da sua redução. Destacam-se, neste âmbito, o reforço dos meios subcontratados para execução de novas ligações às redes públicas de água e saneamento, bem como

a articulação com o Município para encurtamento de prazos de licenciamento de intervenções na via pública. Tal permitiu reduzir o tempo médio de execução de novos ramais de 94 dias, em 2019, para 44 dias em 2020.

#### a. Serviço de Abastecimento de Água

O Sistema de Abastecimento de Água ao Concelho de Matosinhos integra 7 sistemas associados a reservatórios (S. Mamede de Infesta, Padrão, Custóias, S. Gens, Cruz de Pau, Freixieiro e Lavra) que recebem a água proveniente do sistema "em alta", fornecida integralmente pela empresa *Águas do Douro e Paiva, SA*, a partir dos quais é feita a distribuição pelas quatro uniões de freguesia do Concelho, através de uma rede com uma extensão de 658 km.

Durante o ano de 2020 a INDAQUA Matosinhos manteve as suas ações de identificação e regularização de ilícitos associados ao incumprimento da obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água. No entanto, a evolução do número de clientes foi fortemente afetada pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e suas consequências sociais e económicas.

Neste contexto, o número de contratos de abastecimento de água ativos registou, no período em análise, um crescimento de apenas 0,5% (470) face ao ano anterior, manifestamente inferior ao de 2019, cifrando-se no final de 2020 em 90.192.



Considerando que a taxa de cobertura da rede de abastecimento de água do Concelho é já de 100% e que a taxa de adesão ao serviço é 90,7%, evidencia-se um desvio significativo e estrutural relativamente ao previsto no Caso Base que integra o Contrato de Concessão e que, para 2020, antecipava 105.884 clientes de abastecimento de água.

### i. Consumos de Água faturados

Acrescendo à questão relacionada com o número de clientes e à tendência de redução de capitações que se vem registando na última década, o ano de 2020 foi naturalmente marcado pela pandemia de COVID-19 e pelas medidas implementadas para lhe responder, na sequência das quais se registou nova redução da capitação de água e profundas alterações nos padrões do seu consumo no Município de Matosinhos, com transferências de consumos de clientes não domésticos para clientes domésticos. A capitação total baixou de 184 l/hab/dia, em 2019, para 179 l/hab/dia, apesar o aumento de 5,7% verificado nas capitações domésticas.

Assim, no período em análise foi registado um nível de atividade de abastecimento de água de 10.482.514m<sup>3</sup>, que representa uma redução face a 2019 de 1,12% (-118.907m<sup>3</sup>).

CONSUMOS DE ÁGUA FATURADOS	2020		2019		Variação
	m <sup>3</sup>	%	m <sup>3</sup>	%	%
Domésticos	7 429 967	70,88%	6 913 225	65,21%	7,47%
Comércio	1 054 892	10,06%	1 299 592	12,26%	-18,83%
Indústria	235 088	2,24%	227 097	2,14%	3,52%
Estado/Administração	378 012	3,61%	499 383	4,71%	-24,30%
Autarquias/Administração Local	433 371	4,13%	491 014	4,63%	-11,78%
Instituições	168 502	1,61%	184 848	1,74%	-8,84%
Ligações Provisórias; Unicer	751 958	7,17%	955 333	9,01%	-21,29%
Água avulso	10 939	0,10%	12 187	0,11%	-10,24%
Consumos Próprios	20 061	0,19%	18 743	0,18%	7,03%
Isentos	-76	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Água Faturada Total</b>	<b>10 482 514</b>	<b>100,00%</b>	<b>10 601 421</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,12%</b>

Como se verifica, o consumo doméstico, que representou 70,9% do volume de água faturada pela INDAQUA Matosinhos, foi 7,5% superior ao registado em 2019, como consequência do recurso generalizado ao teletrabalho pelas empresas, bem como das regras de confinamento decretadas para combate à pandemia.

Já o consumo nos tarifários de comércio e indústria representou 12,3% do total, registando uma redução de 15,5% (-236.709m<sup>3</sup>) face a 2019, que resultou, essencialmente, do encerramento de estabelecimentos comerciais e de restauração, decretado em períodos do ano, bem como da redução de atividade resultante, também, da pandemia.

O consumo nos tarifários de Autarquia, Estado e Instituições de Utilidade Pública representou 9,35% do total, registando uma redução em relação a 2019 de 16,64% (-195.560m<sup>3</sup>). Aqui, também a pandemia de COVID-19 teve um impacto relevante, originando, a título de exemplo, o encerramento

temporário de escolas, a limitação do uso de espaços e equipamentos públicos e a redução da população prisional.

As restantes categorias de consumidores representaram 7,47% do total de água faturada.

Como pode ser constatado no gráfico abaixo, o volume de água faturada, que no Caso Base previa um aumento sustentado ao longo do período da Concessão, apresenta-se estagnado e é em 2020 14% inferior ao previsto no Caso Base para 2020.



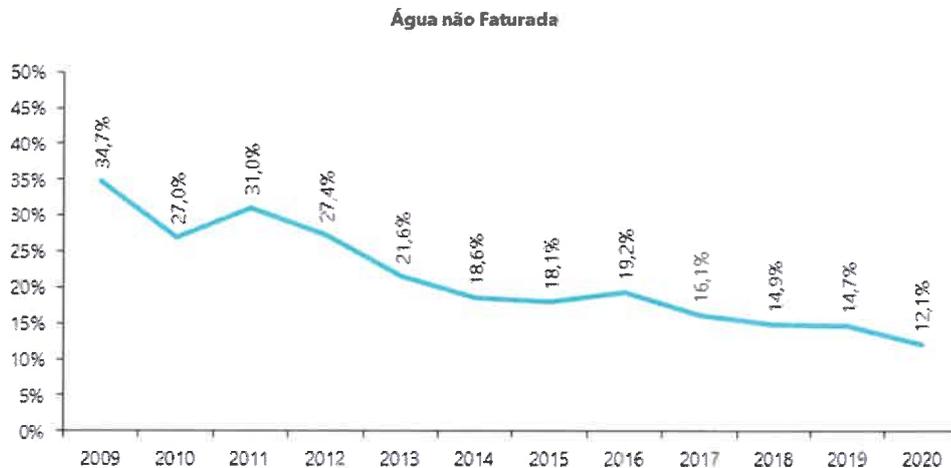
## ii. Balanço da Água

A redução da água não faturada manteve-se como um dos objetivos estratégicos da INDAQUA Matosinhos ao longo do ano de 2020. Foram nesse âmbito implementadas, entre outras, ações modelação matemática dinâmica da rede de abastecimento de água, de redução e estabilização de pressões, de reforço da pesquisa ativa de fugas, de formação de equipas, ou de melhoria da eficácia comercial.

Foram comprados 11.924.478m<sup>3</sup> de água à *Águas do Douro e Paiva, SA*, menos 508.948m<sup>3</sup> do que em 2019. Parte desta redução deveu-se à variação do nível de atividade e a outra, mais relevante, à redução, em 21% (-390.041m<sup>3</sup>), do volume de água não faturada, que representou em 2020 apenas 12,09% da água entrada no sistema.

BALANÇO DA ÁGUA	2020	2019	Variação	
	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	%
Água Faturada	10 482 514	10 601 421	-118 907	-1,12%
Água faturada doméstica	7 429 967	6 913 225	516 742	7,47%
Água faturada não doméstica	3 052 547	3 688 196	-635 649	-17,23%
Água entrada no sistema	11 924 478	12 433 426	-508 948	-4,09%
Água captada	0	0	0	0,00%
Água Comprada	11 924 478	12 433 426	-508 948	-4,09%
Água não Faturada	1 441 964	1 832 005	-390 041	-21,29%
Água não Faturada (%)	12,09%	14,73%		-17,93%
Água Não Faturada por extensão de rede (m <sup>3</sup> /km/ano)	2 194	2 780	-586	-21,08%

No gráfico seguinte é ilustrada a evolução da percentagem de perdas de água desde o início da Concessão, que evidencia o resultado das ações implementadas ao nível da eficiência da gestão da rede de abastecimento, que colocam hoje o Município de Matosinhos com níveis de eficiência de referência no Setor.



### iii. Qualidade da Água

A INDAQUA Matosinhos manteve em 2020 os padrões de qualidade de água que caracterizam o seu serviço, com um indicador de água segura de 99,81%, que evidencia o cumprimento do Plano de Controlo de Qualidade implementado de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, bem como a conformidade generalizada das análises realizadas.

O resumo das análises efetuadas ao longo do ano é apresentado no quadro seguinte.

QUALIDADE DA ÁGUA	2020	2019
Conformidade de análises à água tratada	2 058	2 069
Análises realizadas à qualidade da água tratada	2 062	2 069
<b>Água Segura (%)</b>	<b>99,81%</b>	<b>100,00%</b>

Foram no período detetadas quatro situações de incumprimento, em amostras colhidas na torneira dos consumidores. No seguimento das investigações realizadas, nenhum dos incumprimentos foi relacionado com a rede pública de abastecimento de água.

Paralelamente, e considerando que 14,3% dos clientes da INDAQUA Matosinhos apresentavam em 2020 consumos anormalmente baixos, com probabilidade de recurso a origens de água próprias, a Concessionária implementou, ainda em 2019, um plano de controlo de captações particulares. Nesse âmbito, foram colhidas amostras, por técnicos acreditados de laboratório externo, em habitações onde comprovadamente existia um abastecimento alternativo ao da rede pública. Nesse trabalho, que exigiu a realização de mais de 600 análises, foi evidenciada contaminação microbiológica ou

química em 85% das 75 amostras colhidas. Considera a Concessionária que a situação de contaminação de águas de origens privadas, amplamente analisada no Grupo INDAQUA e com repercussões na saúde pública, continua a justificar a implementação de medidas que assegurem a regularização de situações de incumprimento da obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água e a coordenação de esforços com a Autoridade Concelhia de Saúde, designadamente ao nível da sensibilização da população.

### **b. Serviço de Saneamento**

O sistema “em alta” gerido pela INDAQUA Matosinhos é composto por três grandes Emissários – Rio Leça, Litoral Norte e Matosinhos/Sr.<sup>a</sup> da Hora – e quatro de menores dimensões que drenam para aqueles (Picoutos, Avestas, Joane e Lomba), e por seis Estações Elevatórias – Angeiras, Intermédia, Cabo do Mundo, Leça da Palmeira, Matosinhos e Portela – que conduzem todo o afluente drenado pelas 28 bacias de drenagem que constituem a rede em baixa, que por sua vez tem uma extensão de 559Km, até à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Matosinhos.

Ao nível do tratamento de águas residuais e da sua devolução ao meio ambiente, durante o ano de 2020 foram consolidadas as operações que integram os novos órgãos da ETAR de Matosinhos.



Considerando que os órgãos que constituem o tratamento secundário da ETAR se encontram ainda sob garantia, foram ao longo do ano identificadas pela INDAQUA Matosinhos diversas anomalias de conceção/ construção, prontamente reportadas à concedente, enquanto dono da obra. Parte destas anomalias foi objeto de intervenção pelo Empreiteiro e outra foi resolvida pela Concessionária, encontrando-se uma última parte a aguardar intervenção.

No que respeita à rede de drenagem, durante 2020 manteve-se o foco na identificação e regularização de ligações indevidas de águas pluviais à rede pública de águas residuais, atualmente considerado o mais complexo problema de funcionamento do sistema de saneamento básico do Concelho. Foram,

para o efeito, reforçados os trabalhos de injeção de fumo na rede pública de águas residuais, executados já em 57% da sua extensão e que se preveem finalizados até dezembro de 2021. Neste âmbito, foram identificadas 2.067 suspeitas de ligação indevida, das quais não se confirmaram apenas 189, tendo sido corrigidas 366 pelos utilizadores do sistema.

Foi, também, assegurada a limpeza da faixa de proteção de toda a rede de drenagem em alta e assegurada a respetiva inspeção visual, que permitiu a identificação de pontos de infiltração, entretanto eliminados. A este nível, destaca-se a requalificação e impermeabilização de 56 caixas de visita do Intercetor de Joane e a reparação de um colapso do Emissário do Rio Leça, que originava uma infiltração relevante no Sistema.

Manteve-se também a sensorização da rede de drenagem para medição de nível e caudal e subsequente definição de prioridades de intervenção, bem como o reforço da instrumentação das principais estações elevatórias.

### *i. Balanço do Saneamento*

A análise do balanço de saneamento de 2020 permite concluir que a rede de drenagem de águas residuais operada pela INDAQUA Matosinhos continua suscetível ao fenómeno da precipitação. Tal ficou evidente no primeiro trimestre do ano, em que as fortes chuvas que começaram a assolar o Norte do País ainda no último trimestre de 2019 originaram expressivos aumentos de volumes de águas residuais entregues para tratamento.

BALANÇO DO SANEAMENTO	2020	2019	Variação	
	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	%
Água Residual Faturada	9 642 221	9 774 031	-131 810	-1,35%
Água Residual Tratada	13 973 343	13 999 483	-26 140	-0,19%
Volume Entregue Autorizado	11 013 827	11 046 375	-32 548	-0,29%
Afluências Indevidas	2 959 516	2 953 108	6 408	0,22%
Água Residual não Faturada (ARD) (%)	23,5%	23,2%		1,18%
Afluências Indevidas Reais (mét. Simples) por extensão da rede AR (m <sup>3</sup> /km/ano)	9 014	25 059	-56	-0,62%

### *ii. Qualidade da água residual*

Todas as águas residuais recolhidas no Concelho são tratadas numa única instalação: a ETAR de Matosinhos. Esta ETAR, localizada em Leça da Palmeira, descarrega os efluentes devidamente tratados no Oceano Atlântico, através de um exutor submarino e a 2,8 km da costa.

Durante o ano de 2020, o controlo operacional realizado permitiu assegurar o cumprimento cabal do Título de Utilização de Recursos Hídricos da ETAR, que hoje exige um nível de tratamento secundário, e dessa forma minimizar o impacto da infraestrutura sobre o meio ambiente.

Tal como contratualmente previsto, foi ainda neste âmbito assegurada a monitorização da qualidade da água balnear, tendo os respetivos resultados sido disponibilizados à Concedente, bem como a monitorização da qualidade da água do mar nos pontos de difusão do exutor submarino da ETAR.

### c. Intervenções operacionais

Do ponto de vista operacional, o desafio enfrentado ao longo do ano foi o da garantia da qualidade e ininterruptibilidade dos serviços de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, num cenário pandémico de uma doença altamente contagiosa, no qual as Autoridades de Saúde decretaram o isolamento de trabalhadores, por períodos relevantes de tempo, em caso de contacto com pessoas infetadas. Apenas a definição e o cumprimento rigoroso de um Plano de Contingência permitiram que, no período, tal acontecesse.

O quadro que se segue resume as intervenções realizadas durante o ano de 2020.

INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	2020	2019	2020 Mensal			Variação %
			Máximo	Mínimo	Média	
<b>Água</b>						
Contadores de Água	23 064	14 666	-	-	1 922	57,26%
Contadores para Novos Clientes	2 731	3 287	317	104	228	-16,92%
Contadores para Clientes Substituídos	13 986	5 667	2 298	558	1 166	146,80%
Contadores de Clientes Retirados	1 957	1 774	224	130	163	10,32%
Inspeções realizadas - Verificação de Contador	4 390	3 938	831	37	366	11,48%
Abastecimento de Água	6 600	15 242	-	-	550	-56,70%
Número de Cortes Realizados	3 314	7 719	785	0	276	-57,07%
Número de Religações	3 286	7 523	734	33	274	-56,32%
Ramais de Água	344	309	-	-	29	11,33%
Ramais AA - Novos/Ampliação	341	305	56	10	28	11,80%
Ramais AA - Remodelação	3	4	1	0	0	-25,00%
Intervenções na Rede de Água	611	438	-	-	51	39,50%
Roturas na rede AA	109	80	17	5	9	36,25%
Roturas em ramais AA	456	325	55	29	38	40,31%
Rebentamentos (Externo)	46	33	1	1	4	39,39%
<b>Saneamento</b>						
Ramais de Saneamento	171	118	-	-	14	44,92%
Ramais ARD ou ARP - Ampliação	171	116	50	6	14	47,41%
Ramais ARD - Remodelação	0	2	0	0	0	-100,00%
Intervenções na Rede de Coletores	839	794	-	-	70	5,67%
Obstruções em coletores	839	794	90	49	70	5,67%
Colapsos estruturais em coletores	0	0	0	0	0	0,00%

\* Valores históricos corrigidos em função de correções realizadas após fecho do relatório anterior.

Evidenciou-se, em relação a 2019, o aumento do número intervenções realizadas em contadores (57%), justificado pelo reforço da substituição de contadores por campanha.

Registou-se uma redução de 57% dos cortes de abastecimento por falta de pagamento, em resultado da suspensão temporária desta ação. Tal foi decidido ainda em março de 2020 pela INDAQUA Matosinhos, na sequência do acionamento do Estado de Emergência associado à pandemia de COVID-19 e posteriormente decretada pelo Governo Português, até setembro de 2020.

No que respeita à reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água, a média mensal foi de 51 intervenções, que representou um aumento de 40% em relação a 2019. Tal deveu-se, essencialmente, ao reforço dos trabalhos de pesquisa ativa de fugas e ao conseqüente ao aumento do número de roturas não visíveis.

Em relação à rede de águas residuais, destaca-se o aumento de 6% no número de intervenções em relação a 2019, apesar a manutenção dos esforços de manutenção preventiva da rede, de sensibilização dos utilizadores da rede para o seu adequado uso e de reabilitação de infraestruturas com maior incidência de obstruções.

Registou-se ainda um aumento na execução de novas ligações de água (+12%) e de águas residuais (+4,7%), que refletem a redução dos tempos de execução e conseqüente eliminação de penderes, e não qualquer aumento de pedidos de ligação.

#### **d. Serviço ao cliente**

A INDAQUA Matosinhos manteve ativos, em grande parte do período, os seus 4 balcões de atendimento ao público, na sua Sede, nos Paços do Concelho, no Espaço Cidadão de S. Mamede Infesta e na Junta de Freguesia de Leça da Palmeira. Manteve ainda o atendimento telefónico 24h/dia, nos 366 dias do ano.

No serviço ao cliente, o ano foi fortemente marcado por alterações significativas nos padrões de procura, em consequência das medidas de combate à pandemia de COVID-19. As limitações impostas à circulação de pessoas e ao atendimento presencial, originaram uma redução da procura nas lojas e um aumento brusco do número de atendimentos telefónicos e contactos por email, que obrigaram a INDAQUA Matosinhos a ajustar as suas equipas e a rever os seus canais de contacto com o cliente.





As reclamações apresentadas ao longo do exercício de 2020 encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RECLAMAÇÕES APRESENTADAS	2020	2019	Varição
Qualidade da Água (número /1.000 Ramais)	0,58	0,22	163,28%
Falha no Abastecimento (número /1.000 Ramais)	0,36	0,22	64,55%
Pressão (número /1.000 Ramais)	1,22	0,58	109,80%
Recolha de AR (número /1.000 Ramais)	2,76	1,17	136,23%
Faturação (número /1.000 Clientes)	2,45	3,70	-33,87%
Outros Motivos (número /1.000 Clientes)	4,75	3,79	25,31%
Resposta a reclamações escritas (Geral) (Prazo Indaqua - 10 dias úteis)	96,67%	99,34%	-2,69%
Resposta a reclamações e sugestões (AA) - últ 12 meses	100,00%	100,00%	0,00%
Resposta a reclamações e Sugestões (AR) - últ 12 meses	100,00%	100,00%	0,00%

A análise ao número de reclamações e participações permite concluir que pelo aumento generalizado do número de reclamações, que não se associa a qualquer degradação da qualidade dos serviços prestados, mas antes à maior presença dos clientes nas suas habitações e disponibilidade para apresentação de reclamações escritas.

Destaca-se, desta análise, o cumprimento cabal dos prazos legais de resposta a reclamações dos clientes, bem como a elevada taxa de resposta no prazo de 10 dias úteis, significativamente mais curto do que o legal.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### e. Faturação e cobrança

Em 2020 foram definidos objetivos estratégicos que visaram especificamente o aumento da eficácia de cobrança e a eficiência dos processos comerciais da INDAQUA Matosinhos. Entre esses objetivos encontram-se os de aumento das taxas de adesão à fatura eletrónica e à fatura bimestral que visam, simultaneamente, prestar aos clientes um serviço mais cómodo e ajustado às novas tecnologias e, por outro, reduzir gastos com a emissão das faturas e a sua distribuição. Os resultados obtidos são evidenciados na tabela abaixo.

Faturação	2020	2019	Varição
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica	37,0%	32,3%	4,7 pp
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral	33,8%	28,0%	5,8 pp

Releva-se na análise destes dados o sucesso obtido com as campanhas de adesão promovidas ao longo do ano, tanto nos contactos telefónicos realizados, como no decurso da celebração de novos contratos.

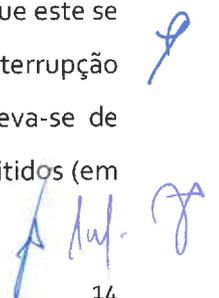
Foi também sistematizada a monitorização dos processos de fiscalização, cujos resultados são detalhados na tabela seguinte. Deve relevar-se, para esta análise, que em parte do ano não foram realizadas inspeções a redes prediais, como medida de contingência face à pandemia de COVID-19.

Tipo de ilícitos detetados	2020	2019	Varição
Ligação Ilícita Tubo Funcional Nicho	57	54	5,56%
Ligação Ilícita de água - Derivação no Ramal ou Conduta	3	2	50,00%
Adulteração/ Roubo de Contador/Selos	13	26	-50,00%
Violação de Corte	194	388	-50,00%
Ligação de águas pluviais à rede de águas residuais	786	642	22,43%
Ligação Ilícita à rede de águas residuais	306	1 081	-71,69%
<b>Ilícitos Detetados</b>	<b>1 231</b>	<b>2 002</b>	<b>-39%</b>

\* Valores históricos corrigidos em função de atualizações realizadas após fecho do relatório anterior.

Destaca-se o trabalho iniciado ainda em 2018 de deteção e eliminação de ligações cruzadas entre a rede de águas residuais e a rede de águas pluviais. Tal ação, que tem como propósito a melhoria de funcionamento das infraestruturas públicas de drenagem e, como objetivo último, a proteção de bens e a melhoria da qualidade das linhas de água, foi reforçada ao longo de 2020 e será finalizada em 2021.

A análise aos indicadores de desempenho de 2020 relativos ao processo de gestão das suspensões de serviço por falta de pagamento e a sua comparação com o ano anterior, permite verificar que este se encontra estável, registando reduções relevantes apenas na taxa de emissão de ordens de interrupção pela suspensão da execução dos cortes já referenciada, entre março e setembro. Releva-se de qualquer forma a ligeira redução do número de avisos de interrupção de fornecimento emitidos (em



parte do período substituídos por avisos de dívida), resultante essencialmente do crescimento da adesão à fatura bimestral.

Suspensão Fornecimento	2020	2019	Varição
Avisos de Interrupção do Fornecimento	111 932	114 993	-2,66%
Taxa de Emissão de Ordens Interrupção	4,6%	9,8%	-52,66%
Taxa de Suspensões efetivadas	67,6%	68,6%	-1,33%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento	86,0%	91,9%	-6,40%

Quanto às injunções cobradas e com força executiva, os valores apresentados espelham a situação à data de produção do presente documento, pelo que serão revistos em alta à medida que concluídos os processos em curso.

Injunções	2020	2019	Varição
Injunções Intentadas	1 984	1 462	35,70%
Injunções Cobradas	35%	37%	-5,81%
Injunções com Força Executiva	36%	34%	6,92%

A suspensão do processo de cortes em parte do ano originou um aumento relevante dos documentos em dívida e, conseqüentemente, das injunções intentadas.

Ainda ao nível da cobrança, o ano de 2020 foi marcado por uma redução significativa da dívida com mais de 12 meses da INDAQUA Matosinhos, na sequência da resolução de processos de contencioso antigos, bem como pela alteração de critérios internos que permitiram à Concessionária reconhecer a incobrabilidade de dívidas consideradas como irrecuperáveis.

#### f. Eficiência energética

A energia elétrica representa um gasto relevante na atividade operacional de uma entidade gestora de serviços de água e saneamento. Esta é utilizada, com expressão, nas operações de pressurização da rede de abastecimento de água, bem como de elevação e tratamento de águas residuais. A otimização da utilização dos recursos energéticos enquadrou-se, assim, ao longo do tempo, como uma das prioridades da Concessionária, motivo pelo qual regista alguma estabilidade.

Eletricidade	2020	2019	Varição
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA) (kWh/m <sup>3</sup> /100 m)	0,36	0,38	-3,97%
Utilização dos recursos energéticos (AA) (kWh/1.000 m <sup>3</sup> entrado)	749	768	-2,57%
Eficiência energética de instalações elevatórias (AR) (kWh/m <sup>3</sup> /100 m)	0,43	0,39	9,57%
Utilização dos recursos energéticos (AR) (kWh/1.000 m <sup>3</sup> entrado)	507	515	-1,58%

Releva-se tabela a degradação, em 10%, do indicador de eficiência energética das estações elevatórias de águas residuais, o que numa primeira análise é inconsistente com a implementação de múltiplas ações que visaram a redução de consumos em instalações mais relevantes e que, entre outras, incluíram a instalação de variadores de velocidade e a substituição de grupos menos eficientes. Esta degradação deve-se, na realidade, à melhoria da fiabilidade do indicador de eficiência, resultante da instalação de caudalímetros nas estações elevatórias em alta.

Releva-se, por outro lado, a redução do consumo de energia e do seu custo médio, relacionado com a melhoria de eficiência dos sistemas, bem como com a instalação de painéis fotovoltaicos no Parque Operacional da empresa.

Energia	2020	2019	Varição
Consumo de Energia (kWh)	6 797 484	6 997 750	-2,86%
Custo Médio da eletricidade (€/MWh)	49,7	54,9	-9,42%

### G. Educação Ambiental

Apesar o contexto adverso associado à pandemia de COVID-19, que limitou a circulação de pessoas e recomendou medidas de distanciamento, foi em 2020 mantida a oferta de ações de educação ambiental no Município de Matosinhos, designadamente através da presença em escolas, em eventos promovidos pela Autarquia e em ações coordenadas com a Matosinhohabit.



9  
A  
16  
M



Ao longo do ano, as ações promovidas chegaram a cerca de 1.222 alunos de escolhas do Concelho e a outras 1.010 pessoas que, em 88 eventos diversos, escolheram participar nas ações promovidas pela INDAQUA.

### III. INVESTIMENTO

No ano de 2020, o investimento em infraestruturas da INDAQUA Matosinhos focou-se na reabilitação de ativos com desempenhos insatisfatórios, bem como na resolução de problemas de insalubridade identificados. De seguida, listam-se as intervenções mais relevantes realizadas ao longo do ano.

- Obras em Reservatórios e Estações Elevatórias de Abastecimento de Água:
  - Requalificação do Reservatório de Lavra.



- Intervenções em Redes de Abastecimento de Água:
  - Instalação de caudalímetros para controlo dos pontos de entrega de água de Alto do Viso, Monte dos Burgos, Padrão e Lavra.
  - Remodelação de rede na Rua Ezequiel Seabra, Lavra.
  - Remodelação de rede na Tv. das Leiras, Lavra.
  - Remodelação de rede na Rua Horácio Marçal, Senhora da Hora.

- Remodelação de rede na Rua da Pedreira de S. Gens, Custóias.
- Remodelação de rede na Rua da Telheira, Sta. Cruz do Bispo.
- Remodelação de rede na Tv. de Pontelhas, Leça do Balio.
- **Intervenções em Redes de Drenagem de Águas Residuais:**
  - Construção de rede na Rua das Passagens, Guifões (em curso a 31/12/2020).
  - Construção de rede na Rua Central do Corgo, Lavra (em curso a 31/12/2020).
  - Construção de rede na Rua do Bairro Novo Vinha da Bouça, Perafita.
  - Construção de rede na Rua das Ribeiras, Perafita.
  - Construção de rede na Rua Leonardo Coimbra, S. Mamede de Infesta.
  - Construção de rede na Rua Monte dos Outeiros, Sta. Cruz do Bispo (em curso a 31/12/2020).
  - Construção de rede na Rua Abel Salazar, S. Mamede de Infesta.
  - Remodelação de rede na Rua quinta de Calvelhe, Lavra.
  - Remodelação de rede na Rua Leça Futebol Clube, Leça da Palmeira.
  - Remodelação de rede na Rua Monte do Vale.
  - Remodelação de rede na Rua Óscar da Silva.
  - Requalificação de caixas de visita do Intercetor de Joane.
- **Obras na ETAR e em Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR):**
  - Beneficiação para melhoria de condições de higiene e segurança das Estações elevatórias de águas residuais de Angeiras e Intermédia.
  - Substituição das pontes rolantes das estações elevatórias de águas residuais de Angeiras, Intermédia, Cabo do Mundo, Leça e Matosinhos.
  - Substituição de bombas da Estação Elevatória Intermédia.
  - Reparações diversas no exutor submarino da ETAR de Matosinhos.
  - Implementação de solução mecânica de seccionamento da rede de águas pluviais da ETAR de Matosinhos.

Os investimentos obrigatórios da Concessionária, previstos no Anexo VIII do Contrato de Concessão e que aguardam concretização, são exclusivamente reportados à eventual necessidade de aumento da reserva de água determinada em função do efetivo crescimento populacional, nomeadamente a ampliação da capacidade dos reservatórios destinados a servir zonas das freguesias de S. Mamede de Infesta e Custóias. No primeiro caso, o cenário inicialmente previsto contemplava a construção de um reservatório em Cutamas, no concelho da Maia, o que foi definitivamente inviabilizado pela respetiva

Câmara Municipal. Quanto a Custóias, estavam previstas três ampliações, sendo que, construída a primeira, verifica-se que a sua utilização plena está longe de ser atingida.

Considerando o necessário equilíbrio entre a capacidade de reserva instalada e a sua efetiva utilização - por forma a evitar o desperdício ocasionado pela degradação da água retida em excesso - foi pela Concessionária solicitado um Estudo ao Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos, destinado a aferir da oportunidade das ampliações previstas, face aos desvios de consumos registados em relação ao Caso Base que orientou a elaboração do Plano de Investimentos.

O referido Estudo, que conclui como não necessários os investimentos atrás identificados e por executar, foi pela Concessionária remetido para a Concedente, em 04/03/2020. Já em 17/09/2020, a Concedente remeteu missiva de resposta à Concessionária, através da qual concorda não ser justificável a execução do reservatório de Pedrouços (e respetiva Condução Adutora), assim como as previstas ampliações faseadas do sistema de Custóias. Posto isto, configura-se agora como necessária a revisão do Plano de Investimentos da Concessionária.

#### IV. RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2020, a equipa da INDAQUA Matosinhos integrava 117 trabalhadores, dos quais 55 faziam parte do Quadro da empresa, 26 encontravam-se em regime de cedência de interesse público, 36 encontravam-se vinculados por contratos a termo, 1 em Comissão de Serviço e 2 realizavam estágios profissionais, com uma antiguidade média de 8,2 anos.

A idade média dos trabalhadores era de 43,4 anos, sendo que 38 eram do sexo feminino e 79 do sexo masculino.

As habilitações literárias da equipa da INDAQUA Matosinhos são sintetizadas na tabela abaixo.

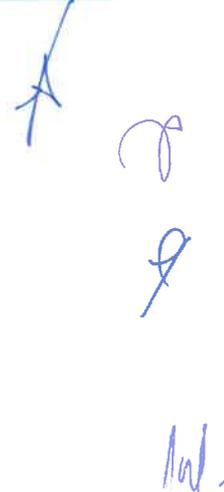
RECURSOS HUMANOS	2020	2019	Variação	
			Qtd.	%
Licenciatura ou superior	25	25	0	0,00%
Bacharelato	0	0	0	0,00%
Ensino Secundário	45	44	1	2,27%
Ensino Preparatório	34	36	-2	-5,56%
Ensino Primário	13	16	-3	-18,75%
Sem Habilitações	0	0	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>121</b>	<b>-4</b>	<b>-3,3%</b>
Requisitados ao Município	26	30	-4	-13,3%
Regime Geral	91	91	0	0,0%

No âmbito do desenvolvimento das competências dos seus trabalhadores, a empresa investiu, durante o ano de 2020, 11.332€ em 38 ações de formação com uma duração total de 3.976 horas, que abrangeram 219 participantes.

O enfoque da formação recaiu sobre as áreas Informática (1.638horas), Técnica (1.441horas), Enquadramento na Organização (365horas), Segurança no Trabalho (320horas) e Gestão (192horas).

O absentismo foi de 7,02%, registando-se como causas principais a Doença (3,88%), a Parentalidade (0,85%) e a Assistência a filho por fecho de Escola (0,59%).

ABSENTISMO	Ausências	%
Acidente de Trabalho	791,00	0,33%
Amamentação	247,02	0,10%
Assistência a Filho por Fecho de Escola	1 400,00	0,59%
Assistência à Família	101,57	0,04%
Baixa por Doença	9 206,00	3,88%
Casamento	16,00	0,01%
Consulta Médica	110,55	0,05%
Conta do período Férias	70,00	0,03%
Descanso Diário	501,43	0,21%
Doação de Sangue	14,00	0,01%
Doença sem Baixa	92,00	0,04%
Injustificada	101,00	0,04%
Isolamento Profilático	312,00	0,13%
Isolamento Prev.	301,00	0,13%
Justificada Com Remuneração	271,62	0,11%
Justificada Sem Remuneração	584,96	0,25%
Licença de Parentalidade	2 015,00	0,85%
Nojo	164,00	0,07%
Obrigação Legal	4,00	0,00%
Trabalhador-Estudante	346,93	0,15%
<b>Total de ausências</b>	<b>16 650</b>	<b>7,02%</b>
Horas teóricas	237 245	



## V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Fatores de risco

As atividades da INDAQUA Matosinhos estão expostas aos seguintes fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo INDAQUA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da INDAQUA S.A. e suas participadas. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito ou o uso de derivados. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados, estão integradas em operações de cobertura de risco dos contratos de financiamento das concessionárias.

### Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a INDAQUA Matosinhos. A INDAQUA Matosinhos está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é reduzido dadas as características do serviço público prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente da Administração Central ou local ou de cliente individual; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de clientes, não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.

### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A INDAQUA Matosinhos efetua a gestão do

risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. É expectativa do Conselho de Administração que os fluxos de caixa operacionais previstos para o próximo ano sejam suficientes para suprir as necessidades de fundos desse período.

### **Risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro**

O objetivo da INDAQUA Matosinhos, em relação à gestão de fluxos de caixa associados à taxa de juro, foi conseguido através da contratação de um instrumento de cobertura de risco de taxa de juro, convertendo taxa variável em taxa fixa, previsto nos contratos de financiamento, que mitiga o risco de variabilidade das taxas de juro.

### **Situação económica e financeira da Empresa**

No quadro abaixo apresentam-se os principais indicadores económicos e a sua variação face a 2019.

(milhares de euros)

PRINCIPAIS INDICADORES	2020	2019	Varição
Volume de negócios	24.309	23.794	2,2%
Volume de negócios sem IFRIC 12	23.624	23.151	2,0%
Gastos Operacionais*	15.125	15.117	0,1%
EBITDA	9.448	8.687	8,8%
Gastos de financiamento líquidos	340	4.609	-92,6%
Resultado líquido	4.067	244	1568,5%
Autonomia financeira	79,9%	82,0%	-2,6%

\* sem amortizações, imparidades e outros gastos e perdas

O volume de negócios da empresa registou uma variação positiva de 2,2% face a 2019, tendo aumentado de 23.794 mil euros para 24.309 mil euros.

Os gastos operacionais, com exceção das amortizações, imparidades e outros gastos e perdas, aumentaram 0,1% quando comparados com 2019 passando de 15.117 mil euros para 15.125 mil euros.

Registou-se uma variação positiva do EBITDA face a 2019, que passou de 8.687 mil euros para 9.448 mil euros em 2020. Os gastos de financiamento líquidos totalizaram o montante de 340 mil euros, tendo reduzido em 92,6% face aos gastos de 2019, fruto do refinanciamento da dívida em 2019.

O resultado antes de impostos foi de 5.340 mil euros e o resultado líquido da empresa foi 4.067 mil euros.

O rácio de autonomia financeira, considerado como a relação entre a soma dos capitais próprios e da dívida subordinada dos acionistas e o ativo líquido da empresa, foi de 79,9% em dezembro de 2020, com um ativo líquido de 51.670 mil euros, representando o ativo não corrente cerca de 85% do ativo líquido total.

## VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS

Perspetiva-se para o ano de 2021 a consolidação e reforço das ações desenvolvidas ao longo de 2020 e centradas nos objetivos estratégicos já referenciados, de redução de gastos operacionais, de eficácia comercial e de melhoria contínua de processos. A prestação de um serviço eficiente e com qualidade percebida pelos Matosinhenses, num cenário pandémico que se manterá, será em 2021 a base de alinhamento dos trabalhadores da INDAQUA Matosinhos.

Do plano de atividades definido destacam-se como mais relevantes as seguintes ações:

- A redução dos prazos de disponibilização de serviços;
- Revisão do Plano de Investimentos da Concessionária, para preparação do terceiro Aditamento ao Contrato;
- Melhoria da saúde pública, garantindo processos de fiscalização que assegurem a utilização exclusiva da água da rede pública para consumo humano;
- Consolidação do trabalho realizado ao nível da redução água comprada, designadamente através da conclusão da setorização da rede de distribuição, da manutenção do esforço de pesquisa ativa de fugas e da estabilização de pressões;
- Consolidação das práticas de deteção e desincentivo aos consumos ilícitos de água, nomeadamente recorrendo à técnica de videoscopia em ramais;
- Reforço do processo de deteção e eliminação de afluências indevidas, através da conclusão de testes de fumo e das subseqüentes ações de notificação e vistoria de regularização;
- Melhoria da fiabilidade da micromedição, através da concretização do plano de substituição de um número significativo de contadores definido pela INDAQUA Matosinhos;
- Otimização do processo de controlo da gestão da dívida de clientes;
- Certificação do processo de serviço ao cliente;
- Implementação de novos canais de comunicação com o cliente, designadamente de uma aplicação para telemóvel, de um balcão digital e de um chat;
- Upgrade ao site institucional;

- Upgrade à Central Telefónica, para melhoria da sua fiabilidade e implementação de novas funcionalidades, como a de gravação de chamadas e de obtenção de dados estatísticos;
- Aposta na transição energética, com a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo na ETAR de Matosinhos, em reservatórios e em diversas estações elevatórias;
- Implementação de um plano de comunicação focado na qualidade da água distribuída pela INDAQUA Matosinhos e na qualidade do serviço prestado;
- Reabilitação do edifício de exploração da ETAR de Matosinhos e implantação de um Centro de Comando da INDAQUA Matosinhos;
- Alteração do sistema de recolha de leituras, que permitirá descontinuar os atuais PDA e assegurar a utilização de smartphones para o efeito, com novas funcionalidades;
- Consolidação do recurso ao sistema de informação geográfica - SIG, como ferramenta agregadora de todos os sistemas de informação já disponíveis para apoio à atividade;
- Manutenção da distinção com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano;
- Manutenção das certificações de Qualidade, Ambiente e Segurança.

## VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, no montante de **EUR 4.066.925,19** sejam aplicados da seguinte forma:

- Distribuição a acionistas **EUR 4.066.925,19**

O valor a distribuir será de 40,6693 euros por ação.

## VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Após um ano de 2020 fustigado pela pandemia COVID-19, o primeiro trimestre de 2021 manteve as restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, escolas, indústrias e outros serviços, que caracterizaram o ano de 2020. Estas restrições impactaram severamente a economia portuguesa durante o exercício de 2020, e mantêm o impacto negativo à data de reporte destas demonstrações financeiras, fruto das medidas de contenção impostas pelo Governo português.



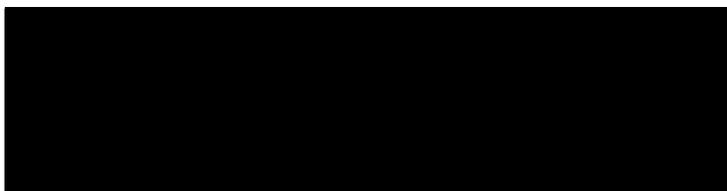
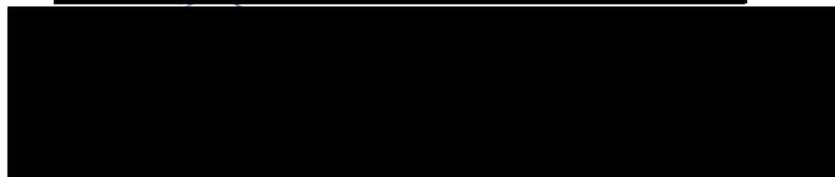
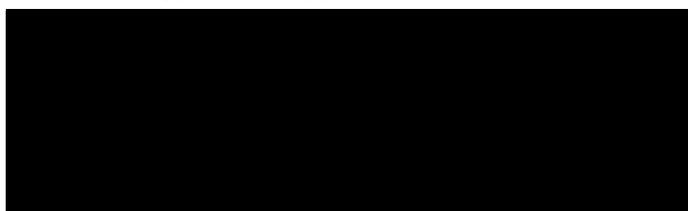
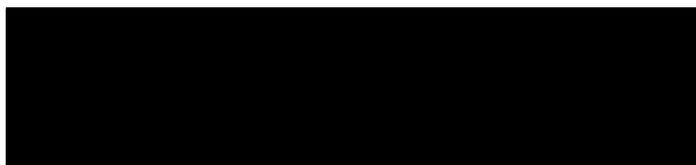
Embora o desenvolvimento futuro da doença se mantenha incerto, o início da vacinação no ano de 2021 apresenta um sinal de esperança, como um indicador de tendência de melhoria. Assim como foi aferido ao longo de 2020, a previsão da empresa é que o impacto económico do COVID-19 sobre o resultado de 2021 seja reduzido. Tal decorre do facto de parte significativa da receita da empresa ser estável na medida em que o consumo é historicamente muito resiliente à instabilidade económica, dado a tipologia de serviços prestados.

A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

Finalmente, agradecemos o apoio e a confiança dos nosso Concedente, Clientes, Acionistas, Funcionários, Fornecedores e Instituições Financeiras.

Matosinhos, 25 de fevereiro de 2021

**O Conselho de Administração,**



## **IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **Anexo I – Publicidade de Participações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização na sociedade**

(nº 5 do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

### **Anexo II – Publicidade de Participações de Acionistas**

(nº 4 do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos um décimo do capital da sociedade são:

**INDAQUA – INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A. – 98,90%.**



## X. BALANÇO

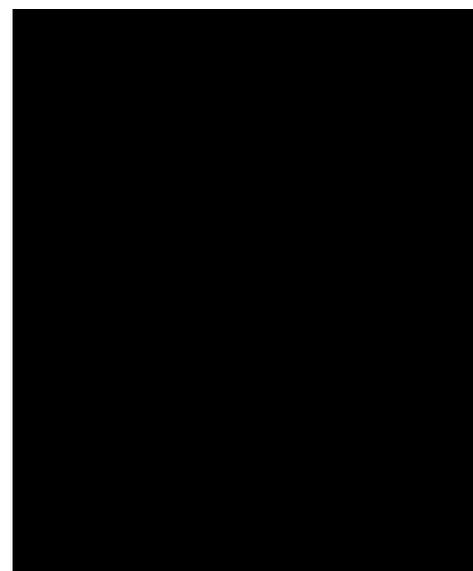
ATIVO Assets	Notas	dez/20	dez/19
<b>ATIVO NÃO CORRENTE (Non-current assets):</b>			
Ativos fixos tangíveis (Tangible fixed assets)	5	5 045 372	4 876 080
Ativos intangíveis (Intangible assets)	6	38 607 653	40 932 647
Outros investimentos financeiros (Other financial assets)		9 556	6 447
		43 662 580	45 815 174
<b>ATIVO CORRENTE (Current assets):</b>			
Inventários (Inventories)	8	246 723	168 979
Clientes (Clients)	9	2 205 900	2 146 018
Adiantamentos a fornecedores (Advances to suppliers)		7 104	
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	638 827	242 031
Acionistas/sócios (Shareholders)	10		540 866
Outros créditos receber (Other credits receivable)	11	3 535 744	2 167 558
Diferimentos (Deferred costs)	12	66 149	62 400
Caixa e depósitos bancários (Cash and bank deposits)	4	1 306 554	2 632 027
		8 006 999	7 959 879
<b>Total do ativo (Total assets)</b>		<b>51 669 579</b>	<b>53 775 053</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO Shareholders' equity and liabilities</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO (Shareholders' equity):</b>			
Capital subscrito (Capital)	13	500 000	500 000
Outros instrumentos de capital próprio (Capital not issued)	14		450 000
Reservas legais (Legal reserves)	14	100 000	100 000
Resultados transitados (Returned earnings)	14	1 422 293	3 440 879
Outras variações no capital próprio (Other adjustments)	14	2 189 697	2 138 927
		4 211 990	6 629 806
Resultado líquido do exercício (Net profit)		4 066 925	243 744
		8 278 915	6 873 551
<b>Total do capital próprio (Total shareholder's equity)</b>		<b>8 278 915</b>	<b>6 873 551</b>
<b>PASSIVO (Liabilities):</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE (Non-current liabilities):</b>			
Provisões (Provisions)	18	313 312	317 866
Financiamentos obtidos (Long term loans)	15	30 379 361	35 281 496
Passivos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	1 050 634	1 069 997
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	1 682 814	1 802 829
		33 426 122	38 472 189
<b>PASSIVO CORRENTE (Current liabilities):</b>			
Fornecedores (Suppliers)	16	2 966 021	2 463 300
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	38 796	30 844
Acionistas/sócios (Shareholders)	10	652 562	
Financiamentos obtidos (Short term loans)	15	3 345 117	2 773 950
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	2 532 523	2 696 393
Diferimentos (Deferred income)	12	429 524	464 827
		9 964 542	8 429 314
<b>Total do passivo (Total liabilities)</b>		<b>43 390 664</b>	<b>46 901 503</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo (Total shareholders' equity and liabilities)</b>		<b>51 669 579</b>	<b>53 775 053</b>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS <i>Profit and Loss Account</i>	Notas	PERÍODOS	
		dez/20	dez/19
Vendas e serviços prestados ( <i>Sales and services rendered</i> )	19 - 27	24 308 597	23 793 669
Subsídios à Exploração		7 322	3 138
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ( <i>Costs of goods sold and mat. consumed</i> )	8	-5 349 088	-5 376 955
Fornecimentos e serviços externos ( <i>Supplies and services</i> )	20 - 27	-7 361 642	-7 440 928
Gastos com o pessoal ( <i>Staff costs</i> )	21	-2 414 310	-2 299 530
Imparidade de inventários (perdas/reversões) ( <i>Inventories impairment</i> )	9		-30 350
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) ( <i>Accounts receivable impairment</i> )	9	-60 010	20 936
Provisões (aumentos/reduções) ( <i>Provisions</i> )	18	4 554	-212 000
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis ( <i>perdas / reversões</i> )			
Outros rendimentos e ganhos ( <i>Other incomes and profits</i> )	22 - 27	913 663	799 705
Outros gastos e perdas ( <i>Other expenses and losses</i> )	23	-600 817	-570 206
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>9 448 269</b>	<b>8 687 478</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização ( <i>Depreciations</i> )	5 - 6	-3 768 632	-3 709 369
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>5 679 637</b>	<b>4 978 109</b>
Juros e rendimentos similares obtidos ( <i>Interest and similar profits</i> )	23	31 400	24 244
Juros e gastos similares suportados ( <i>Interest and similar losses</i> )	23 - 28	-370 907	-4 633 132
<b>Resultado antes de impostos (Pre-tax-profits)</b>		<b>5 340 131</b>	<b>369 221</b>
Imposto sobre o rendimento do período ( <i>Taxation on profit</i> )	24	-1 273 206	-125 477
<b>Resultado líquido do período (Net profit)</b>		<b>4 066 925</b>	<b>243 744</b>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



## XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### Demonstração de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de dezembro 2020 (Montantes expressos em euros)

	Notas	2020	2019
		Valor	Valor
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		24 673 332	24 341 832
Pagamentos a fornecedores		-15 796 142	-14 567 852
Pagamentos ao pessoal		-2 083 400	-1 968 567
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>6 793 790</b>	<b>7 805 413</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-113 881	-674 508
Outros recebimentos/pagamentos		44 722	-947 877
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		<b>6 724 631</b>	<b>6 183 028</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-490 077	-268 740
Ativos intangíveis		-226 442	-365 352
Investimentos financeiros		-3 663	-2 818
		<b>-720 183</b>	<b>-636 910</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		20 016	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		567	1 876
		<b>20 583</b>	<b>1 876</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>		<b>-699 600</b>	<b>-635 034</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			35 017 000
			<b>35 017 000</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4 233 555	-40 699 607
Juros e gastos similares		-309 069	-4 240 636
Dividendos		-243 647	-1 319 301
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-2 467 779	
Outras operações de financiamento		-96 455	-118 664
		<b>-7 350 505</b>	<b>-46 378 208</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>		<b>-7 350 505</b>	<b>-11 361 208</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes:</b>		<b>-1 325 474</b>	<b>-5 813 215</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período:</b>	4	<b>2 632 027</b>	<b>8 445 242</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período:</b>	4	<b>1 306 554</b>	<b>2 632 027</b>

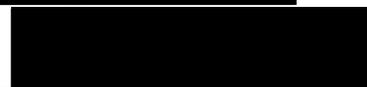
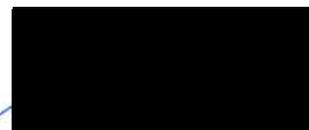
As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
<b>A 1 de Janeiro 2020</b>	13	500 000	450 000	100 000	3 440 879	0	2 138 927	243 744	6 873 551
<b>Alterações no período</b>									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações de políticas contabilísticas		0	0	0	0	0	0	0	0
Aplicação de resultados	14	0	0	0	243 744	0	0	-243 744	0
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos por impostos diferidos	14	0	0	0	0	0	-14 740	0	-14 740
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14	0	0	0	0	0	65 509	0	65 509
	14	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>243 744</u>	<u>0</u>	<u>50 770</u>	<u>-243 744</u>	<u>50 770</u>
<b>Resultado líquido do período</b>							<b>4 066 925</b>		<b>4 066 925</b>
<b>Resultado Integral</b>									<b>4 117 695</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
<b>Realizações de Capital</b>									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuição dividendos	14				-2 262 331				
Entradas para cobertura de perdas									
restituições de prestações acessórias									
		0	-450 000	0	-2 262 331	0	0	0	-2 712 331
<b>A 31 de dezembro 2020</b>	14	<u>500 000</u>	<u>0</u>	<u>100 000</u>	<u>1 422 293</u>	<u>0</u>	<u>2 189 697</u>	<u>4 066 925</u>	<u>8 278 915</u>

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
<b>A 1 de Janeiro 2019</b>	13	500 000	450 000	100 000	2 898 471	-3 608 175	2 672 874	1 861 710	4 874 880
<b>Alterações no período</b>									
Aplicação de resultados	14	0	0	0	1 861 710	0	0	-1 861 710	0
Ajustamentos por impostos diferidos	14	0	0	0	0	0	-892 518	0	-892 518
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14	0	0	0	0	3 608 175	358 571	0	3 966 746
	14	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1 861 710</u>	<u>3 608 175</u>	<u>-533 947</u>	<u>-1 861 710</u>	<u>714 152</u>
<b>Resultado líquido do período</b>							<b>243 744</b>		<b>243 744</b>
<b>Resultado Integral</b>									<b>3 317 973</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
<b>Realizações de Capital</b>									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições	14				-1 319 301				
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
<b>A 31 de dezembro 2019</b>	14	<u>500 000</u>	<u>450 000</u>	<u>100 000</u>	<u>3 440 880</u>	<u>0</u>	<u>2 138 927</u>	<u>243 744</u>	<u>6 873 551</u>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



#### **XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **1. Introdução**

A Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. (adiante designada por Indaqua Matosinhos ou Empresa), com sede na Avenida Fabril do Norte, n.º 1601 da freguesia da Senhora da Hora e concelho de Matosinhos, foi constituída em 25 de Junho de 2007 tendo por objeto exclusivo, em regime de concessão, a prossecução da exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição das águas residuais do Município de Matosinhos, incluindo a extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem, ou venham a integrar os sistemas concessionados, bem como a execução de todas as obras necessárias à concretização do Plano de Investimentos.

O contrato de concessão iniciou-se em 2008 e tem vigência até 2033.

Adicionalmente, a Empresa é maioritariamente detida pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A., pelo que se insere num grupo económico liderado por esta entidade (“Grupo Indaqua”) sendo as demonstrações financeiras da Empresa integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A. pelo método de consolidação integral.

No final da concessão todas as Infraestruturas e instalações, incluindo edifícios e outras construções, serão transferidas para o Município.

A Empresa encontra-se em negociações com o Concedente com vista a um acordo de reequilíbrio financeiro da concessão.

É da opinião da Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Indaqua Matosinhos, relativas ao período de 01/01/2020 a 31/12/2020 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31/12/2020, tendo as mesmas sido aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2021, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2020 (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho) foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração considera que a empresa tem capacidade de operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outro, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Face ao exposto, a Administração conclui que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Indaqua Matosinhos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.



Pelo facto de não existir tratamento previsto nas NCRF para as concessões foi adotada supletivamente a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à concessão e que é caracterizado da seguinte forma:

### **Enquadramento**

A IFRIC 12 – “Acordos de concessão de serviço” define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público, atendendo aos serviços a que a concessionária se obriga a prestar e ao controlo que exerce sobre os ativos da concessão.

No âmbito da IFRIC 12 estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- i) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- ii) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- iii) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção / requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- iv) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- v) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detêm a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A IFRIC 12 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concessionários de serviços públicos com as características acima identificadas. Quando a IFRIC 12 é aplicada, o concessionário não pode reconhecer nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados na prestação do serviço por não deter o controlo sobre os mesmos, embora retenha o risco de construção e de financiamento.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção que terá de registar de acordo com a IFRS15 / NCRF 19 – Contratos de construção.

A aplicação deste normativo prevê o reconhecimento da totalidade dos gastos incorridos na prestação do serviço de construção/ requalificação das infraestruturas da concessão consoante a sua natureza, e o registo do justo valor do rédito da construção.

Uma vez que no caso das concessões este serviço está associado ao contrato de concessão que prevê a exploração subsequente das infraestruturas construídas/ adquiridas, é necessário determinar a contraprestação do rédito reconhecido.

A IFRIC 12 preconiza dois modelos de contabilização para os serviços de construção consoante os riscos e benefícios assumidos pelo concessionário:

- i) O modelo do ativo financeiro – se o concedente tem a responsabilidade de pagar ao concessionário pela prestação do serviço de construção ou se, embora a responsabilidade pelo pagamento do serviço público recaia sobre os seus utilizadores, o concedente tenha a responsabilidade de garantir um montante mínimo previamente definido;
- ii) O modelo do ativo intangível – se o concessionário tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores (pagando o utilizador ou o concedente), os montantes despendidos constituem o custo da aquisição do direito de concessão.

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O concessionário tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao concessionário que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de o concessionário assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência.

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores pela prestação do serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

O concessionário deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com o serviço de operação da concessão de acordo com o IFRS 15 / NCRF 20 - Rédito.

Nos termos desta interpretação a Indaqua Matosinhos presta os dois tipos de serviços: o de construção, requalificação e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, pelo que aplica os princípios da IFRIC 12.

### **Classificação da infraestrutura**

A Indaqua Matosinhos classifica os montantes investidos na construção/ aquisição das infraestruturas dos sistemas que explora como ativos intangíveis – Direito de concessão, já que tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores do serviço.

A formação do custo dos ativos intangíveis (direitos de concessão) compreende o custo de aquisição ou construção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de construção, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso, por permuta com os serviços de construção prestados.

A manutenção e conservação corrente das infraestruturas, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

### **Amortizações**

O ativo intangível, direito de concessão, é amortizado numa base sistemática por taxas constantes ao longo da concessão.

### **Acréscimos de custos por responsabilidades contratuais**

Os investimentos de substituição que não sejam por si só geradores de rédito, são tratados como responsabilidades, de acordo com o definido na NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o que implica a constituição de uma provisão pelo período que medeia entre o investimento inicial e o investimento de substituição, devendo essa provisão ser registada pelo valor presente.

Atendendo às condições específicas da concessão, não se estimaram responsabilidades contratuais que não sejam por si próprias geradoras de rédito, facto pelo qual não foi constituído qualquer passivo para o efeito.

### **Rédito – serviços de construção**

O IFRIC 12 considera que, em substância, a Concessionária constrói as infraestruturas e troca-as pelo direito inerente à concessão, aplicando-se assim o normativo do Rédito e dos Ativos Intangíveis, no que se relaciona com a troca de ativos diferentes. Em consequência destas disposições a Concessionária constrói as infraestruturas, vende-as ao Concedente e como pagamento recebe um direito de uso durante o período da concessão, estando reconhecido nos rendimentos e nos subcontratos os valores resultantes destas operações.

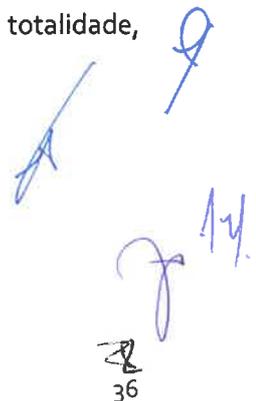
As obras efetuadas têm como objetivo prestar o serviço final aos consumidores, não tendo como base obter uma margem no serviço a prestar. Além disso, as Concessões normalmente iniciam a atividade com as infraestruturas municipais recebidas pelo que não existem períodos onde as Concessões não disponham de receitas. Tendo em conta que a construção é subcontratada e como tal já reflete o seu justo valor não é efetuado qualquer ajustamento relativamente a margens sobre a construção, além da imputação dos encargos financeiros e dos encargos de estrutura afetos aos projetos.

### **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto, conforme referido em 2.1, pelo facto de não haver nas NCRF tratamento para as Concessões, foi adotada supletivamente a IFRIC 12.

### **2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials '12'.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado ("deemed cost") à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 - 24
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros activos tangíveis	4 - 10

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas definidas acima, as quais se consideram razoáveis para compensar a sua desvalorização.

A amortização dos ativos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual por duodécimos.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Os ganhos ou perdas no abate ou alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação.

De referenciar que na rubrica de "Edifícios e outras construções" estão registados o edifício sede e o armazém que, no final da concessão reverte para o Concedente.

### 3.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

a) Direito da Concessão:

A Indaqua Matosinhos é uma Concessão onde não está definido um rendimento garantido e o serviço é prestado diretamente ao consumidor final. Como no SNC não existe nenhuma norma para as concessões, de forma supletiva foram aplicadas as normas internacionais de contabilidade, sendo utilizado o IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à Concessão.

No âmbito desta norma são consideradas infraestruturas as redes, ramais, reservatórios, captações, ETAS's e ETAR's adquiridos/construídos pela Empresa. Estes ativos encontram-se valorizados ao

custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Dado que as obras do Plano de Investimento da Concessionária não se traduzem num aumento da sua base de clientes, os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção destes ativos não são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

A amortização destes ativos tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual e durante o período da Concessão.

Foi integrado no Direito da Concessão, o valor atual das rendas da concessão a pagar anualmente ao Município da Matosinhos, sendo o respetivo custo anual contabilizado, parte como amortização do ativo intangível e o diferencial como gasto financeiro.

b) Outros intangíveis:

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A vida útil estimada para os ativos intangíveis mais significativos é de 3 anos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '9' and 'Inf.'.

### 3.3. Imparidade de ativos

A Indaqua Matosinhos realiza testes de imparidade sempre que, em cada data de relato, eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas Demonstrações Financeiras possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

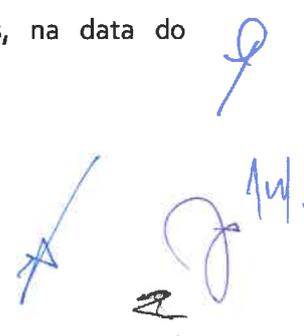
### 3.4 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, sendo as saídas valorizadas pelo método do custo médio.

### 3.5 Ativos e passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:



(a) Ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos / pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, e que são os instrumentos de cobertura

de risco de taxa de juro, e que se referem a fixação de taxas de juro fixas de alguns empréstimos obtidos, estando contabilizados em "Outros Reservas".

As variações de justo valor são registadas nos capitais próprios, já que se refere a instrumentos financeiros derivados que qualificam como relação de cobertura de fluxos de caixa. Anualmente são efetuados testes de cobertura, sendo que a ineficácia é registada em conformidade.

Uma operação de cobertura é considerada eficaz se os resultados dos testes de eficácia realizados ao instrumento de cobertura se encontram dentro do intervalo 80% a 125%. A eficácia dos instrumentos de cobertura é, então, aferida através da realização de testes que procuram demonstrar a eficaz compensação de alterações nos *cash-flows* do instrumento de cobertura e do instrumento coberto por comparação com o justo valor de um instrumento de cobertura hipotético cuja eficácia da cobertura seria de 100%.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

O passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Estes ativos são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

a) Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

As comissões de montagem são diferidas pelo período do empréstimo e apresentadas ao custo amortizado, incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros são registados ao custo.

e) Responsabilidade das rendas da concessão

Encontram-se registadas no Ativo (Ativos intangíveis) e no Passivo (Outras dívidas a pagar) o valor total das rendas a pagar ao município (previstas no contrato de concessão), descontadas para o valor presente. O valor registado no ativo é amortizado pelo período da concessão por quotas constantes e o passivo é movimentado pelo custo amortizado da dívida.

As diferenças entre as rendas efetivamente pagas e as capitalizadas são registadas na conta outros juros suportados.

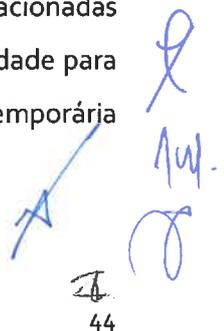
### 3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas se: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.



### 3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.8 Locações

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

### 3.9 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.10 Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O rédito é reconhecido com base na aplicação do tarifário previsto no contrato de concessão outorgado com o Município de Matosinhos, em que as tarifas recorrentes (tarifa fixa e tarifa volumétrica de abastecimento de água e de saneamento) são aplicadas mensalmente aos clientes que têm contrato com a Empresa, quer em função do número de dias, quer em função dos consumos de água medidos ou estimados. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

### **3.11 Subsídios**

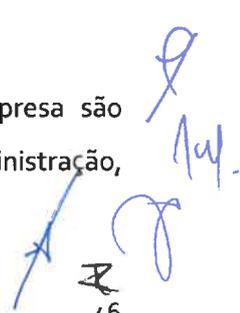
Os rendimentos relacionados com a venda de ramais de ligação a clientes são tratados como subsídio ao investimento, sendo o rendimento reconhecido ao longo do período da Concessão, ao ritmo a que é reconhecida a amortização do direito da Concessão (custo do ramal).

### **3.12 Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

### **3.13 Principais estimativas e julgamentos apresentados e fontes de incerteza associadas a estimativas**

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração,



tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### **Estimativas contabilísticas relevantes**

#### **3.13.1 Provisões**

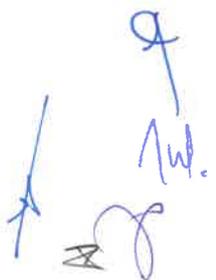
A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **3.13.2 Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.



### 3.13.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

A imparidade para contas a receber é calculada essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem do tipo de clientes, não sendo registada qualquer imparidade para as dívidas de entidades estatais.

### 3.13.4 Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa são utilizados técnicas de valorização assentes no método de fluxos de caixa descontados. A determinação do justo valor destes instrumentos é geralmente efetuada pelas entidades com as quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração reconhece competências e objetividade às contrapartes. A Empresa tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor desses instrumentos, os quais considera adequados.

### 3.13.5 Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais da Empresa. Os advogados/consultores legais possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permite fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

#### 4 Fluxos de caixa

##### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
Caixa	7 830	7 454
Depósitos bancários	<u>1 298 724</u>	<u>2 624 574</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>1 306 554</u></b>	<b><u>2 632 027</u></b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa é como segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	<u>7 830</u>	<u>7 454</u>
	<b>7 830</b>	<b>7 454</b>
<b>Depósitos Bancários</b>		
- Depósitos à ordem	<u>1 298 724</u>	<u>2 624 574</u>
	<b><u>1 298 724</u></b>	<b><u>2 624 574</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo)</b>	<b><u>1 306 554</u></b>	<b><u>2 632 027</u></b>

#### 5 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

## Movimentos nos ativos fixos tangíveis

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
<b>1 de Janeiro 2020</b>							
Custo de aquisição	6.296.072	3.835.360	877.804	388.323	142.010		11.539.568
Depreciações acumuladas	-2.506.865	-2.879.596	-793.352	-342.784	-140.890		-6.663.488
<b>Valor líquido</b>	<b>3.789.207</b>	<b>955.763</b>	<b>84.452</b>	<b>45.539</b>	<b>1.119</b>	<b>0</b>	<b>4.876.080</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>							
Adições		674.255	127.552	10.980			812.787
Alienações			-113.065				-113.065
Transferências e abates		-11.444					-11.444
Depreciações - exercício	-288.845	-272.312	-57.711	-23.687	-751		-643.307
Depreciações - alienações			113.065				113.065
Depreciações - transf e abates		11.255					11.255
<b>Valor líquido</b>	<b>-288.845</b>	<b>401.754</b>	<b>69.841</b>	<b>-12.707</b>	<b>-751</b>	<b>0</b>	<b>169.292</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>							
Custo de aquisição	6.296.072	4.498.171	892.291	399.303	142.010		12.227.846
Depreciações acumuladas	-2.795.710	-3.140.653	-737.998	-366.472	-141.641		-7.182.474
<b>Valor líquido</b>	<b>3.500.362</b>	<b>1.357.517</b>	<b>154.293</b>	<b>32.831</b>	<b>368</b>	<b>0</b>	<b>5.045.372</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros	Total
<b>1 de Janeiro 2019</b>						
Custo de aquisição	6 296 072	3 453 493	849 536	350 378	142 010	11 091 489
Depreciações acumuladas	-2 216 905	-2 593 533	-761 440	-323 793	-139 350	-6 035 022
<b>Valor líquido</b>	<b>4 079 167</b>	<b>859 960</b>	<b>88 096</b>	<b>26 585</b>	<b>2 659</b>	<b>5 056 468</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Adições		351 265	38 663	37 945		458 475
Alienações			-10 396			-10 396
Transferências e abates		30 602				30 602
Depreciações - exercício	-289 960	-286 063	-42 307	-18 992	-1 540	-638 862
Depreciações - alienações			10 396			10 396
Depreciações - transf e abates						
<b>Valor líquido</b>	<b>-289 960</b>	<b>95 804</b>	<b>-3 644</b>	<b>18 953</b>	<b>-1 540</b>	<b>-180 388</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Custo de aquisição	6 296 072	3 835 360	877 804	388 323	142 010	11 539 568
Depreciações acumuladas	-2 506 865	-2 879 596	-793 352	-342 784	-140 890	-6 663 488
<b>Valor líquido</b>	<b>3 789 207</b>	<b>955 763</b>	<b>84 452</b>	<b>45 539</b>	<b>1 119</b>	<b>4 876 080</b>

Não existem indícios de perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2020, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

O equipamento básico refere-se, na sua maioria, a contadores de medição de consumos de água (ver nota 8). Os edifícios e outras construções referem-se maioritariamente ao edifício sede e ao armazém da concessão, os quais revertem para o Concedente no final do período da concessão.

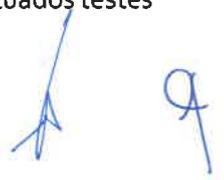
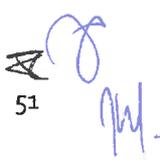
## 6 Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente aos valores das infraestruturas reconhecidos como Direito da Concessão. Estas infraestruturas são revertíveis para o Município no final da concessão.

A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>Programas de Computador</u>	<u>Propriedade Industrial</u>	<u>Direito de Concessão</u>	<u>Ativos em curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro 2020</b>					
Custo de aquisição	125.078	3.980	68.278.736	361.388	68.769.181
Depreciações acumuladas	-125.078	-3.980	-27.707.477		-27.836.534
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40.571.259</b>	<b>361.388</b>	<b>40.932.647</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>					
Adições			550.164	250.167	800.330
Alienações					
Transferências e abates			408.500	-408.500	
Depreciações - exercício			-3.125.325		-3.125.325
Depreciações - alienações					
Depreciações - transf e abates					
<b>Valor líquido</b>			<b>-2.166.661</b>	<b>-158.333</b>	<b>-2.324.995</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>					
Custo de aquisição	125.078	3.980	69.237.400	203.054	69.569.512
Depreciações acumuladas	-125.078	-3.980	-30.832.802		-30.961.859
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38.404.598</b>	<b>203.054</b>	<b>38.607.653</b>
<b>1 de Janeiro 2019</b>					
Custo de aquisição	125.078	3.980	67.990.801	6.829	68.017.886
Depreciações acumuladas	-121.834	-3.980	-24.640.214		-24.766.027
<b>Valor líquido</b>	<b>3.244</b>	<b>0</b>	<b>43.350.588</b>	<b>6.829</b>	<b>43.251.859</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
Adições			155.543	486.951	642.494
Alienações					
Transferências e abates			132.391	-132.391	
Depreciações - exercício	-3.244		-3.067.263		-3.070.507
<b>Valor líquido</b>	<b>-3.244</b>	<b>0</b>	<b>-2.779.328</b>	<b>354.559</b>	<b>-2.428.013</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
Custo de aquisição	125.078	3.980	68.278.736	361.388	68.769.181
Depreciações acumuladas	-125.078	-3.980	-27.707.477		-27.836.534
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40.571.260</b>	<b>361.388</b>	<b>40.932.647</b>

Não existem indícios de imparidade em 31 de dezembro de 2020, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

## 7 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nas diferenças temporárias e rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

	dez/20		dez/19		Variação
	Base	I. Diferido	Base	I. Diferido	
<b>Ativos</b>					
Justo valor do instrumento financeiro (Nota 18) i)	0	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivos</b>					
Ramais	2 825 415	635 718	2 759 906	620 979	14 740
Ajustamentos DC4 ii)	1 844 071	414 916	1 995 639	449 019	-34 103
	<b>4 669 486</b>	<b>1 050 634</b>	<b>2 401 334</b>	<b>1 023 422</b>	<b>-19 363</b>
<b>Impacto líquido</b>	<b>-4 669 486</b>	<b>-1 050 634</b>	<b>1 206 841</b>	<b>-211 582</b>	<b>19 363</b>
Variação por capital próprio (Nota 14.5)					-14 740
Variação por resultados (Nota 24)					34 103
					<b>19 363</b>

- i) Foi analisado pela Autoridade Tributária (AT) o enquadramento fiscal dado aos ajustamentos de transição associados à adoção do SNC, mais concretamente os relativos à aplicação da IFRIC12. Foi defendido pela AT um enquadramento fiscal diferente do que havia sido adotado pela Indaqua Matosinhos, em particular, a consideração dos ajustamentos de transição durante o período remanescente da concessão e não durante o período de 5 anos.

## 8 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	dez/20	dez/19
Materiais	246 723	199 328
	<b>246 723</b>	<b>199 328</b>
Ajustamentos de Inventário	0	-30 350
<b>Total inventários</b>	<b>246 723</b>	<b>168 979</b>

O custo dos inventários reconhecidos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 5.349.088 euros (em dezembro de 2019: 5.376.955 euros). Os custos das mercadorias referem-se essencialmente à aquisição de água em "alta".

	dez/20		dez/19	
	Mercadorias	Mat. Primas	Mercadorias	Mat. Primas
Existências iniciais	0	168 979	0	202 306
Compras	5 262 061	572 140	5 292 821	242 955
Transferência de contadores	0	-407 369	0	-192 148
Existências finais	0	246 723	0	168 979
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 262 061	87 027	5 292 821	84 134

O montante de 407.369 euros (2019: 192.148 euros) referem-se à transferência de contadores de medição de consumos de água que aquando da sua instalação no cliente são capitalizados, isto é, reclassificados em Ativo Fixo Tangível (ver nota 5).

## 9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	dez/20		dez/19		
	Corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes c/c - grupo (nota 27)	19 713	19 713	12 986		12 986
Clientes c/c - outros	2 151 490	2 151 490	2 097 630		2 097 630
Clientes Cobrança duvidosa	1 497 913	1 497 913	1 823 063		1 823 063
	3 669 115	3 669 115	3 933 678	0	3 933 678
Imparidade	-1 463 216	-1 463 216	-1 787 661		-1 787 661
<b>Total Clientes</b>	<b>2 205 900</b>	<b>2 205 900</b>	<b>2 146 018</b>	<b>0</b>	<b>2 146 018</b>

## Imparidade

	dez/20	dez/19
Início do período	1 787 661	2 102 719
Aumentos	60 010	26 446
Utilizações	384 455	294 122
Reversões	0	47 382
<b>Final do período</b>	<b>1 463 216</b>	<b>1 787 661</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A reversão da imparidade deve-se, essencialmente, à constituição de dívida incobrável que se encontrava 100% provisionada.

## 10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos com o Estado são os seguintes:

	dez/20		dez/19	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRS		10 199		8 703
Imposto s/valor acrescentado - IVA	633 190		242 031	
Contribuições p/segurança social		22 961		22 141
	<b>633 190</b>	<b>33 160</b>	<b>242 031</b>	<b>30 844</b>

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) do Grupo Indaqua. A consolidação fiscal inclui as empresas Indaqua S.A., Indaqua Santo Tirso/Trofa S.A., Indaqua Feira S.A., Indaqua Fafe S.A., Indaqua Matosinhos S.A., Indaqua Vila do Conde, S.A., Indaqua Oliveira de Azeméis S.A. e Aqualevel, Lda., sendo a Indaqua S.A. (nota 24) responsável pelo pagamento dos impostos do Grupo. O valor a pagar/receber resultante do apuramento do imposto do exercício (I.R.C.) é registado por contrapartida da rubrica de Acionistas cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é credor de 652.562 euros (540.866 euros em 31 de dezembro de 2019) (nota 27).

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

## 11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

	dez/20		dez/19	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	47 668	47 668	69 315	69 315
Devedores por acréscimos	3 488 076	3 488 076	2 098 243	2 098 243
	3 535 744	3 535 744	2 167 558	2 167 558
Ajustamentos				
<b>Outros créditos a receber</b>	<b>3 535 744</b>	<b>3 535 744</b>	<b>2 167 558</b>	<b>2 167 558</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A 31 de dezembro de 2020 a rubrica inclui: i) o rendimento a receber de 1.120.069 euros (998.243 euros em 31 de dezembro de 2019) relativo a valores de vendas de água e serviços prestados que ainda não foram faturados; e ii) a estimativa a 31 de dezembro de 2020 do montante de rendimento a auferir por outros serviços prestados no âmbito do contrato da concessão.

## 12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Indaqua Matosinhos tem registado na rubrica de diferimentos ativos os seguintes saldos:

	dez/20	dez/19
Seguros	59 904	56 356
Outros serviços	6 246	6 044
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>66 149</b>	<b>62 400</b>

Os diferimentos passivos no valor de 429.524 euros em 31 de dezembro de 2020 (464.827 euros em 31 de dezembro de 2019) dizem respeito à melhor estimativa atual do rendimento a reconhecer no final do período da concessão.

## 13 Capital

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Indaqua Matosinhos ascende a 500.000 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

A INDAQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A. detêm uma participação de 98,9% e a Aqualevel - Unipessoal, Lda detêm uma participação de 0,1%.

## 14 Reservas, Resultados Transitados e Outras Variações no Capital Próprio

### 14.1 Outros instrumentos de capital próprio

No ano de 2020 foi restituído à acionista Indaqua, SA o valor de 450.000€ relativo a prestações acessórias de capital gratuitas, cuja realização na totalidade havia sido deliberada no ano de 2012.

### 14.2 Reserva Legal

A Reserva Legal está totalmente constituída nos termos da lei (20% do Capital Social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

### 14.3 Resultados Transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 17 de junho de 2020, foi decidida a aplicação do resultado líquido 243.744 euros, referente ao exercício de 2019, da seguinte forma:

- Distribuição acionista: 243.744 euros

Foi aprovado nesta mesma Assembleia Geral a distribuição pelos Acionistas de 2.018.586€ de resultados transitados, correspondente a 20.1859€ por ação.

#### 14.4 Outras Variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores recebidos por contrapartida de construção de ramais de ligação à rede global, que estão a ser equiparados a um subsídio pelo que foram registados em capitais próprios e estão a ser reconhecidos como rendimento ao longo do período de amortização desses ramais de ligação.

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>	<u>Variação</u>
Compensação pela construção dos ramais (nota 7)	2 825 415	2 759 906	65 509
Impostos diferidos pela construção dos ramais (nota 7)	<u>(635 718)</u>	<u>(620 979)</u>	<u>(14 740)</u>
	<b><u>2 189 697</u></b>	<b><u>2 138 927</u></b>	<b><u>50 770</u></b>

No período de 2020 e 2019 a rubrica de ramais teve o seguinte movimento:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
	<u>Ramais</u>	<u>Ramais</u>
Início do exercício	2 759 906	2 401 334
Aumentos	287 344	549 290
Diminuições		
Reconhecimentos (Nota 22)	<u>221 834</u>	<u>190 718</u>
<b>Fim do exercício</b>	<b><u>2 825 415</u></b>	<b><u>2 759 906</u></b>

#### 15 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período e maturidade, é como segue:

	<u>dez/20</u>			<u>dez/19</u>		
	<u>Corrente (até 1 ano)</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>	<u>Corrente (até 1 ano)</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>
Empréstimos bancários	0	0	0	0	0	0
Locações Financeiras	95 539	483 293	165 496	95 150	389 443	357 148
Comissões montagem	0	0	0	0	0	0
Suprimentos Accionistas (nota 27)	3 249 578	22 478 552	7 252 021	2 678 801	14 020 807	20 514 098
Juros Suprimentos (nota 27)	0	0	0	0	0	0
<b>Financiamentos obtidos</b>	<b><u>3 345 117</u></b>	<b><u>22 961 844</u></b>	<b><u>7 417 517</u></b>	<b><u>2 773 950</u></b>	<b><u>14 410 250</u></b>	<b><u>20 871 246</u></b>

Todos os empréstimos estão negociados em euros. O custo médio anual da dívida no ano de 2020 foi de 1,02% (11,79% no ano de 2019).

O valor das locações pode ser apresentado da seguinte forma:

	dez/20		dez/19	
	Custo aquisição	Amortização da dívida acumulada	Capital em dívida	Capital em dívida
Edifício	1 970 250	1 225 922	744 328	839 374
Viaturas	81 480	81 480	0	2 367
	<b>2 051 730</b>	<b>1 307 402</b>	<b>744 328</b>	<b>841 741</b>

## 16 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	dez/20			dez/19		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores - grupo (nota 27)	1 790 751		1 790 751	1 748 511		1 748 511
Fornecedores - terceiros	1 175 270		1 175 270	714 789		714 789
<b>Total Fornecedores</b>	<b>2 966 021</b>	<b>0</b>	<b>2 966 021</b>	<b>2 463 300</b>	<b>0</b>	<b>2 463 300</b>

## 17 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	dez/20			dez/19		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores Investimentos</b>						
Fornecedores gerais	203 563		203 563	301 272		301 272
Rendas da concessão i)	106 092	1 682 814	1 788 907	100 532	1 802 829	1 903 362
<b>Outros Credores</b>						
Taxa de recursos hídricos e TRSL ii)	1 124 661		1 124 661	1 166 239		1 166 239
Credores diversos	113 748		113 748	68 430		68 430
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Férias e subs. de férias	251 523		251 523	242 145		242 145
Aquisição de água	440 448		440 448	448 431		448 431
Outros	292 488		292 488	369 343		369 343
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>2 532 523</b>	<b>1 682 814</b>	<b>4 215 337</b>	<b>2 696 393</b>	<b>1 802 829</b>	<b>4 499 222</b>

- i. Valor presente da totalidade da renda da concessão a pagar ao Município de Matosinhos, conforme nota 3.4 al. f).
- ii. Taxa de recursos hídricos e R.S.U. - este saldo refere-se essencialmente ao valor das taxas de resíduos sólidos urbanos recebidas pela Empresa de conta e ordem do Município de Matosinhos, bem como a taxa de recursos hídricos de saneamento a pagar à Agência Portuguesa do Ambiente.

### 18. Provisões

A provisão para riscos e encargos no montante de 313.312 euros encontra-se constituída para fazer face aos riscos decorrentes da atividade, incluindo 220.000 euros reconhecidos para fazer face a potenciais custas judiciais associadas a um processo em curso.

### 19. Vendas e Serviços Prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
Venda de Água	12 064 135	12 466 948
Prestações de Serviços	11 559 729	10 684 227
Proveitos - Contratos de construção (nota 6)	684 732	642 494
<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b><u>24 308 597</u></b>	<b><u>23 793 669</u></b>

Com base na aplicação da IFRIC 12 foram registados valores relativos a Contratos de Construção, assim discriminados:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
<b>Proveitos - Contratos de construção</b>		
Serviços de construção (nota 20)	357 627	530 632
Capitalização do custo dos ramais	327 105	111 862
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b><u>684 732</u></b>	<b><u>642 494</u></b>

## 20. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
Subcontratos - Contratos de construção	357 627	530 632
Subcontratos	3 377 297	3 056 526
Trabalhos especializados	2 256 811	2 473 969
Conservação e Reparação	224 138	281 891
Outros	426 403	368 016
Eletricidade	337 727	383 843
Seguros	149 781	143 646
Vigilância e segurança	92 826	80 786
Combustíveis	100 820	87 878
Rendas e alugueres	38 211	33 741
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b><u>7 361 642</u></b>	<b><u>7 440 928</u></b>

Relativamente aos Subcontratos – Contratos de Construção – ver Nota 19. A rubrica de Subcontratos inclui essencialmente gastos relacionados com a limpeza do coletores e exploração da ETAR.

A rubrica “Trabalhos especializados” refere-se essencialmente aos serviços de assistência técnica, serviços de faturação e cobrança e serviço de gestão do sistema de informação.

O aumento na rubrica de subcontratos deve-se essencialmente à prestação de serviços da Aqualevel no âmbito da exploração de Etar’s.

## 21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal foram como segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
Remunerações		
Pessoal	1 701 597	1 616 426
<b>Sub-total</b>	<b><u>1 701 597</u></b>	<b><u>1 616 426</u></b>
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	353 971	344 703
Custos de acção social	265 249	246 684
Outros	93 493	91 716
<b>Sub-total</b>	<b><u>712 713</u></b>	<b><u>683 104</u></b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b><u>2 414 310</u></b>	<b><u>2 299 530</u></b>

Durante o ano de 2020, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 120 (2019:117), dos quais 28 (2019:31) são funcionários públicos requisitados ao Município nos termos do Contrato de Concessão.

## 22. Outros rendimentos e outros gastos

O detalhe dos outros rendimentos e gastos é como se segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
<b>Outros Rendimentos</b>		
Rendimentos Suplementares	496 595	411 111
Rend. Inv. Nfin.	28 311	1 829
Comp. Inv. Ramais (nota 14.5)	221 834	190 718
Outros rendimentos	<u>166 923</u>	<u>196 046</u>
	<b><u>913 663</u></b>	<b><u>799 705</u></b>
<b>Outros Gastos</b>		
Impostos	475 317	435 669
Dividas Incobráveis	114 907	116 533
Gast. Inv. Nfin		
Outros gastos	<u>10 593</u>	<u>18 003</u>
	<b><u>600 817</u></b>	<b><u>570 206</u></b>

Na rubrica outros rendimentos inclui o montante de 221.834 euros relativo ao reconhecimento de ramais (nota 14.5).

Nas rubricas de impostos e rendimentos suplementares estão incluídos os valores das taxas de recursos hídricos de água e saneamento (TRH).

Na rubrica outros rendimentos encontram-se, essencialmente, o excesso de estimativa de imposto do exercício anterior e os rendimentos relacionados com as cobranças a clientes.

## 23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros suportados (nota 15)	370 907	599 708
Liquidação Instr. Derivado Tx. Juro		3 656 050
Outros gastos e perdas de financiamento		<u>377 375</u>
	<b><u>370 907</u></b>	<b><u>4 633 132</u></b>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	<u>31 400</u>	<u>24 244</u>
	<b><u>31 400</u></b>	<b><u>24 244</u></b>

O valor dos juros suportados resulta dos empréstimos obtidos (Nota 15).

#### 24. Imposto sobre o rendimento do período

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa encontra-se incluída no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Indaqua (nota 10).

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações dos resultados é conforme segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
Imposto s/rendimento corrente	1 307 308	159 580
Imposto s/rendimento diferido (nota 7)	-34 103	-34 103
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b><u>1 273 206</u></b>	<b><u>125 477</u></b>

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>
Resultado antes de impostos	5 340 131	369 221
Taxa de imposto	<u>21,00%</u>	<u>21,00%</u>
	<u>1 121 427</u>	<u>77 536</u>
Diferenças permanentes	179 784	75 145
Imposto diferido (nota 7)	-34 103	-34 103
Tributação autónoma	<u>6 096</u>	<u>6 898</u>
	<u>1 273 206</u>	<u>125 477</u>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b><u>23,8%</u></b>	<b><u>34,0%</u></b>

## 25. Compromissos

Para a Concessão de Matosinhos os compromissos de investimento, para o período de 31/12/2020 a 31/12/2021, compreendem um montante de 1.771.094 euros (preços correntes). Estes compromissos são referentes à execução de obras de ampliação, monitorização e renovação de ativos verticais e horizontais, de abastecimento de água e redes de drenagem de águas residuais.

Podem vir a ser consubstanciados compromissos incrementais para este tipo de trabalhos, ou outros, conforme previsto no Caso Base da Concessão, e por forma a garantir a eficiência operacional.

## 26. Garantias e Passivos Contingentes

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias pela Empresa:

<b>Entidade beneficiária</b>	<b>Objecto</b>	<b>Valor</b>
Município de Matosinhos	Concessão	750.000
Tribunal da Comarca de Matosinhos	Servidões	11.193
Tribunal da Comarca de Matosinhos	Servidões	12.819
Tribunal da Comarca de Matosinhos	Servidões	6.532
Estradas de Portugal	Servidões	50.000

As ações representativas no capital social da sociedade encontram-se penhoradas no âmbito do Contrato de Project Finance. Em 31 de dezembro de 2020, a Indaqua Matosinhos tinha processos judiciais em curso para os quais não foram registadas provisões por ser convicção do Conselho de Administração, apoiada nos pareceres dos seus assessores legais, que o desfecho dos mesmos será favorável à empresa.

## 27. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Indaqua Matosinhos é participada pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. que detém 98,9% do capital da Empresa, sendo as demonstrações financeiras da Empresa consolidadas na daquela entidade.

## Transações entre partes relacionadas

### (a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

**Acionistas:** Prestações acessórias, empréstimos remunerados, débitos relativos à administração e outros custos da holding.

**Outras Empresas do Grupo:** essencialmente serviços de gestão de sistemas de informação, assistência técnica, serviços de faturação, cobrança e subcontratação.

### (b) Transações

Durante os anos de 2020 e 2019, a Indaqua Matosinhos efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	dez/20			
	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Imobilizado	Gastos financiamento
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.		64 106		1 080 606
Aqualevel, Lda			53 361	3 690 704
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>64 106</b>	<b>53 361</b>	<b>4 771 309</b>

	dez/19			Gastos financiamento
	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	FSE	
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.		63 346	1 259 424	276 219
Aqualevel, Lda			3 434 164	80
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>63 346</b>	<b>4 693 588</b>	<b>276 300</b>

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem de transações comerciais efetuadas a preços de mercado.

### (c) Saldos

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	dez/20			
	Clientes e Outras Contas a Receber (notas 9 e 11)	Acionistas saldo devedor (nota 10)	Fornecedores e O. Contas a Pagar (nota 17)	Financiamentos (nota 15)
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.	19 713	652 562	4 665	32 980 150
Aqualevel, Lda			1 826 546	
<b>Total</b>	<b>19 713</b>	<b>652 562</b>	<b>1 831 211</b>	<b>32 980 150</b>

	dez/19			
	Clientes e Outras Contas a Receber (notas 9 e 11)	Acionistas saldo credor (nota 10)	Fornecedores e O. Contas a Pagar (nota 17)	Financiamentos (nota 15)
<b>Empresas do Grupo:</b>				
Indaqua, S.A.	12 986	540 866	5 954	37 213 705
Aqualevel, Lda			1 742 557	
Indaqua Oliveira de Azeméis S.A.				
<b>Total</b>	<b>12 986</b>	<b>540 866</b>	<b>1 748 511</b>	<b>37 213 705</b>

## 28. Eventos subsequentes

Após um ano de 2020 fustigado pela pandemia COVID-19, o primeiro trimestre de 2021 manteve as restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, escolas, indústrias e outros serviços, que caracterizaram o ano de 2020. Estas restrições impactaram severamente a economia portuguesa durante o exercício de 2020, e mantêm o impacto negativo à data de reporte destas demonstrações financeiras, fruto das medidas de contenção impostas pelo Governo português.

Embora o desenvolvimento futuro da doença se mantenha incerto, o início da vacinação no ano de 2021 apresenta um sinal de esperança, como um indicador de tendência de melhoria. Assim como foi aferido ao longo de 2020, a previsão da empresa é que o impacto económico do COVID-19 sobre o resultado de 2021 seja reduzido. Tal decorre do facto de parte significativa da receita da empresa ser estável na medida em que o consumo é historicamente muito resiliente à instabilidade económica, dado a tipologia de serviços prestados.

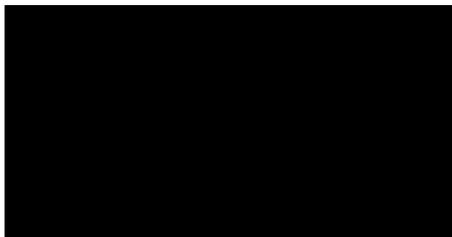
A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

*[Handwritten signature]*

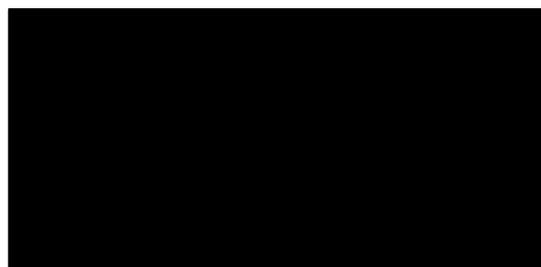
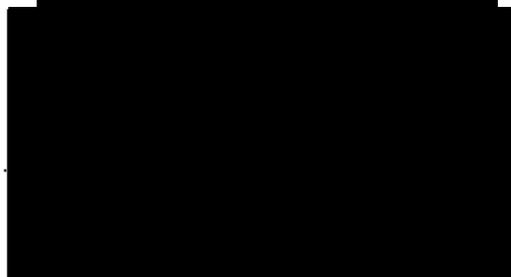
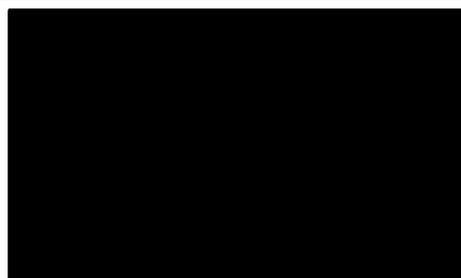
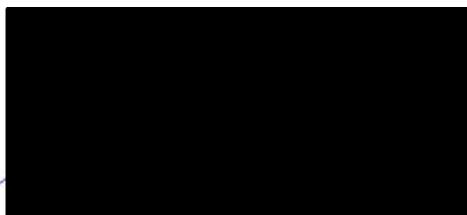
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Matosinhos, 25 de fevereiro de 2021

**O Contabilista Certificado,**



**O Conselho de Administração,**



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### **Aos Acionistas da Indaqua Matosinhos – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Indaqua Matosinhos – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 18 de março de 2021

Deloitte & Associados, SROC S.A.

**MAKING AN  
IMPACT THAT  
MATTERS**

*since 1845*

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Indaqua Matosinhos – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 51.669.579 euros e um total de capital próprio de 8.278.915, incluindo um resultado líquido de 4.066.925 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Indaqua Matosinhos – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 18 de março de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.

